UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO EM SAÚDE NA AMAZÔNIA

VILZIELLE DE ARAÚJO FERNANDES

PRÁTICAS DE ENSINO UTILIZANDO FITOTERÁPICOS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: ELABORAÇÃO DE UM GUIA DIDÁTICO

PARAUAPEBAS/PA
2026

VILZIELLE DE ARAÚJO FERNANDES

PRÁTICAS DE ENSINO UTILIZANDO FITOTERÁPICOS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: ELABORAÇÃO DE UM GUIA DIDÁTICO

Dissertação final apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde na Amazônia - PPGESA em nível de Mestrado Acadêmico pela Universidade do Estado do Pará – UEPA.
Linha de Pesquisa: Fundamentos e Metodologias em Ensino na Saúde na Amazônia.
Orientador (a): Profº. Drº. Robson José de Souza Domingues
Co-orientadora: Profª Drª Lizomar de Jesus Maués Pereira.

PARAUAPEBAS/PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UEPA / SIBIUEPA

Fernandes, Vilzielle de Araújo

Práticas de ensino utilizando fitoterápicos na formação dos profissionais de saúde: elaboração de um guia didático / Vilzielle de Araújo Fernandes. – Parauapebas: UEPA, 2025.

66 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Robson José de Souza Domingues

Coorientadora: Profª. Drª. Lizomar de Jesus Maués Pereira

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde na Amazônia, Parauapebas, 2025.

1. Fitoterapia. 2. Ensino superior. 3. Formação em saúde. I. Universidade do Estado do Pará. II. Título.

CDD 22.ed. 615.321

VILZIELLE DE ARAÚJO FERNANDES

PRÁTICAS DE ENSINO UTILIZANDO FITOTERÁPICOS NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: ELABORAÇÃO DE UM GUIA DIDÁTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde na Amazônia - PPGESA em nível de Mestrado Profissional pela Universidade do Estado do Pará – UEPA.
Linha de Pesquisa: Fundamentos e Metodologias em Ensino na Saúde na Amazônia.
Orientador (a): Profº. Drº. Robson José de Souza Domingues
Co-orientadora: Profª Drª Lizomar de Jesus Maués Pereira.

Data: _____ / _____ / 2026.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº Dr.º Robson José de Souza Domingues – Orientador

_____
Profª Dr.ª Lizomar de Jesus Maués Pereira – Coorientadora

_____
Prof.ª Drª Avaliadora- Ana Cristina Vidigal Soeiro -Membro Titular Interno
PPG Ensino em Saúde na Amazônia /UEPA

_____
Prof. Dr Avaliador- Jofre Jacob da Silva Freitas -Membro Titular Interno
PPG Ensino em Saúde na Amazônia /UEPA

_____
Prof.ª Drª. Avaliadora-Alexandra Cordovil da Luz Mascarenhas – Membro Titular Externo PPGFSCMPA

PARAUPEBAS/PA
2026

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho representa mais do que a conclusão de uma etapa acadêmica, simboliza um processo de amadurecimento pessoal e profissional. O percurso do mestrado exigiu resiliência, organização e fé para seguir adiante, mesmo diante do cansaço e das dificuldades, contribuindo para o fortalecimento desta pesquisa e da profissional que a conclui.

A Deus, que esteve presente em cada etapa dessa caminhada, meu reconhecimento e gratidão. Foi Ele quem sustentou meus passos nos momentos de incerteza, renovou minhas forças nos dias de exaustão e abriu portas quando tudo parecia difícil. Creio que esta conquista é fruto da Sua graça e misericórdia.

Ao meu marido, meu sincero agradecimento por caminhar ao meu lado ao longo desta trajetória. Seu apoio, conselhos e até os necessários “puxões de orelha”, aliados à sua experiência como docente do ensino superior, foram fundamentais para manter o foco e a disciplina, bem como para compartilhar e celebrar cada conquista.

Aos meus familiares, em especial à minha mãe, agradeço pelo amor incondicional, pelas orações constantes e pelo apoio silencioso, mas firme, que sempre me fortaleceu.

Aos professores do programa, registro minha gratidão pelos ensinamentos, orientações e contribuições ao longo do mestrado. De modo especial, agradeço à professora Lizomar e ao professor Robson, que, mesmo não sendo meus orientadores oficiais, demonstraram generosidade acadêmica e compromisso com a formação ao persistirem em me orientar, esclarecer dúvidas e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento deste trabalho. A disponibilidade, o incentivo e o cuidado com que compartilharam seus conhecimentos foram fundamentais para a condução e a conclusão desta pesquisa.

Aos colegas de turma, agradeço pela convivência, pelas trocas de experiências, pelo apoio mútuo e pelos momentos compartilhados ao longo do mestrado.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Que esta dissertação possa refletir não apenas um esforço acadêmico, mas também o compromisso com a educação, a saúde e a transformação por meio do conhecimento.

RESUMO

A fitoterapia integra o conjunto de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) reconhecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porém sua inserção no ensino superior da área da saúde ainda ocorre de forma fragmentada e desigual. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar o *Guia Prático para o Ensino da Fitoterapia na Formação dos Profissionais de Saúde* quanto à sua aplicabilidade, qualidade pedagógica e potencial de contribuição para o ensino superior. Trata-se de um estudo avaliativo, de abordagem quali-quantitativa, realizado com dez docentes do ensino superior vinculados a diferentes cursos da área da saúde, com destaque para Nutrição e Enfermagem. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário estruturado, contendo questões fechadas e abertas, que permitiram caracterizar o perfil dos participantes, identificar a experiência prévia com o ensino da fitoterapia e avaliar o guia quanto à clareza, organização, pertinência do conteúdo e aplicabilidade pedagógica. Os resultados evidenciaram elevada aceitação do material, com consenso entre os docentes quanto à adequação do guia para uso na prática pedagógica. Observou-se que a maioria dos participantes não possuía experiência prévia com o ensino da fitoterapia, evidenciando lacunas formativas nos cursos de graduação em saúde. O guia foi reconhecido como ferramenta facilitadora do processo de ensino-aprendizagem, especialmente no apoio ao planejamento docente e na organização dos conteúdos. As sugestões de aprimoramento concentraram-se nos aspectos visuais e didáticos, como a inclusão de mais imagens e ajustes no layout gráfico. Conclui-se que o guia apresenta potencial para contribuir com a qualificação da formação dos profissionais de saúde, fortalecendo o ensino da fitoterapia no ensino superior e favorecendo a articulação entre saberes científicos, políticas públicas e práticas de cuidado integrativas.

Palavras-chave: Fitoterapia; Ensino superior; Tecnologias educacionais; Formação em saúde; Práticas integrativas e complementares.

ABSTRACT

Phytotherapy is part of the Integrative and Complementary Health Practices (ICHP) recognized by the Brazilian Unified Health System (SUS); however, its inclusion in undergraduate health education remains fragmented and uneven. This study aimed to evaluate the *Practical Guide for Teaching Phytotherapy in the Training of Health Professionals* regarding its applicability, pedagogical quality, and potential contribution to higher education. This is an evaluative study with a qualitative and quantitative approach, conducted with ten higher education professors from different health-related courses, especially Nutrition and Nursing. Data collection was carried out through a structured questionnaire containing closed- and open-ended questions, allowing the characterization of participants, identification of previous experience with phytotherapy teaching, and evaluation of the guide in terms of clarity, organization, content relevance, and pedagogical applicability. The results demonstrated high acceptance of the material, with unanimous agreement among participants regarding its suitability for pedagogical use. Most professors reported no previous experience teaching phytotherapy, highlighting persistent educational gaps in undergraduate health programs. The guide was recognized as a facilitator of the teaching–learning process, particularly in lesson planning and content organization. Suggestions for improvement mainly concerned visual and didactic aspects, such as the inclusion of more illustrations and layout adjustments. It is concluded that the guide has strong potential to contribute to the qualification of health professional training, strengthening phytotherapy education in higher education and promoting integration between scientific knowledge, public health policies, and integrative care practices.

Keywords: Phytotherapy; Higher education; Educational technologies; Health education; Integrative and complementary practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Distribuição dos docentes avaliadores por área de formação/atuação. ...36
Figura 2: Tempo de atuação dos docentes avaliadores no ensino superior. 37
Figura 3: Experiência prévia dos docentes avaliadores com o ensino da Fitoterapia. 38

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Síntese da amostral final composta pelos artigos científicos encontrados nas bases de dados selecionadas na Metodologia. 33
Quadro 2: Síntese das sugestões de aprimoramento apresentadas pelos docentes. 39

LISTA DE ABREVIAÇÕES

APS	Atenção Primária à Saúde
PICS	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
RIL	Revisão Integrativa da Literatura
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10
1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA 10
1.2. JUSTIFICATIVA 12
1.3. PROBLEMA 14
2. OBJETIVOS 15
2.1. OBJETIVO GERAL 15
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 15
3. REFERENCIAL TEÓRICO 16
3.1. FITOTERAPIA NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO 16
3.2. ENSINO DA FITOTERAPIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE 18
3.3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DA FITOTERAPIA 20
3.4. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO EM SAÚDE 22
4. METODOLOGIA 25
4.1. Revisão Integrativa da Literatura 25
4.1.1. Tipo de estudo 25
4.1.2. Referencial metodológico 25
4.1.3. Questão de pesquisa 26
4.1.4. Critérios de inclusão e exclusão 26
4.1.5. Fontes de extração de dados 26
4.1.6. Descritores e palavras-chave utilizadas 26
4.1.7. Coleta de dados 27
4.1.8. Avaliação e seleção dos estudos 27
4.1.9. Síntese de dados 27
4.1.10. Criação de uma guia educacional 28
5. RESULTADOS 32
5.1. RESULTADOS DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA 32
5.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA TECNOLOGIA 36
6. DISCUSSÃO 40
6.1. DISCUSSÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA 40
6.1.1. A inserção da fitoterapia no ensino superior da área da saúde: avanços e desafios formativos 40
6.1.2. Estratégias pedagógicas e metodologias ativas no ensino da fitoterapia 43
6.1.3. Políticas públicas, diretrizes educacionais e institucionalização da fitoterapia na formação em saúde 46
6.2. DISCUSSÃO DA AVALIAÇÃO DA TECNOLOGIA 49
7. CONCLUSÃO 52
REFERENCIAL 53

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

A fitoterapia é uma prática terapêutica milenar que se fundamenta na utilização de plantas medicinais e seus extratos com finalidades preventivas e curativas. Amplamente reconhecida em diversas culturas ao longo da história, essa abordagem continua a ser relevante, especialmente diante da crescente busca por alternativas naturais à medicina convencional. Atualmente, observa-se um aumento significativo no uso de fitoterápicos, tanto por suas propriedades farmacológicas quanto por seu apelo à sustentabilidade e ao respeito às tradições culturais (Santos et al., 2021).

Esse cenário de expansão levou à criação de políticas públicas voltadas à regulamentação e incentivo ao uso racional de plantas medicinais. Destacam-se, nesse contexto, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que instituem diretrizes para a inserção dessas terapias no Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a valorização dos saberes populares e tradicionais (Silva et al., 2020).

A PNPIC, desde sua formulação inicial em 2006, apresentava apenas cinco práticas reconhecidas oficialmente. Com o tempo, houve uma ampliação significativa, e atualmente, a política contempla 29 modalidades, incluindo acupuntura, homeopatia, medicina tradicional chinesa, fitoterapia, constelação familiar, entre outras práticas baseadas em sistemas de saúde tradicionais (Aguiar; Kanan; Masiero, 2019). Essa ampliação reflete não apenas a diversidade terapêutica existente no país, mas também a crescente demanda por cuidados integrativos.

Dentre as Práticas Integrativas e Complementares (PICs), a fitoterapia destaca-se por sua ampla aceitação social, acessibilidade econômica e forte enraizamento cultural. Além de proporcionar benefícios clínicos, ela incorpora uma perspectiva holística, considerando o ser humano em sua totalidade – corpo, mente, espírito e ambiente – o que a torna especialmente valiosa em contextos de promoção da saúde e prevenção de doenças (Silva; Pedroso; Pires, 2025).

Os medicamentos fitoterápicos são produtos obtidos a partir de derivados vegetais, podendo ser preparados sob diversas formas farmacêuticas, como cápsulas, chás, pomadas, extratos ou tinturas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima

que cerca de 80% da população mundial utiliza algum tipo de recurso fitoterápico como alternativa ou complemento ao tratamento alopático, especialmente em países em desenvolvimento, onde o acesso à medicina convencional é limitado (Mattos et al., 2018; Sanches; Pantoja; Oliveira, 2024).

No Brasil, a produção e o uso de fitoterápicos têm sido apoiados por instrumentos estratégicos como o RENISUS (Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS) e o RENAFITO (Relação Nacional de Fitoterápicos), que promovem o uso seguro e eficaz das espécies vegetais medicinais de interesse terapêutico. Esses instrumentos fortalecem a articulação entre o conhecimento tradicional e científico, incentivando a pesquisa, o cultivo e a capacitação profissional (Sanches; Pantoja; Oliveira, 2024).

Apesar desse respaldo institucional, observa-se que a fitoterapia ainda ocupa um espaço periférico na formação acadêmica dos profissionais de saúde. Nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, o ensino da fitoterapia e de outras PICs permanece restrito, sendo frequentemente abordado de forma superficial ou como componente optativo das grades curriculares (Pedroso; Andrade; Pires, 2021; Patrício et al., 2022).

Essa lacuna no processo formativo compromete a efetiva implementação das PICs no SUS, uma vez que os profissionais formados carecem de embasamento técnico e científico para recomendar, prescrever ou orientar o uso seguro de medicamentos fitoterápicos. A formação deficiente também contribui para a manutenção de preconceitos e resistências no ambiente acadêmico e profissional (Santana; Assis; Araújo-Jorge, 2025).

As diretrizes da PNPIC e da PNPMF preveem expressamente a necessidade de formação e capacitação dos profissionais de saúde, bem como o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e a inclusão das práticas integrativas no conteúdo programático dos cursos de graduação e pós-graduação. Essa integração é fundamental para o fortalecimento da pesquisa científica e a consolidação de práticas baseadas em evidências (Carvalho et al., 2025; Oliveira et al., 2025).

Um dos principais entraves à consolidação das PICs na formação acadêmica é a permanência de um modelo biomédico hegemônico, fortemente influenciado pela reforma flexneriana. Esse modelo privilegia a racionalidade clínica, laboratorial e fragmentada do saber médico, em detrimento de abordagens integrativas e multidimensionais da saúde, como as propostas pelas PICs (Peixoto et al., 2019;

Santana; Assis; Araújo-Jorge, 2025).

Mesmo com as atualizações nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que preconizam uma formação generalista, crítica, reflexiva e humanista, ainda há resistência por parte de instituições e docentes em incorporar práticas consideradas “não científicas”. Tal postura desconsidera o acúmulo de evidências que sustentam a eficácia e a segurança do uso de fitoterápicos em diversos contextos clínicos (Barboni; Carvalho, 2021).

Portanto, a valorização da fitoterapia no campo da saúde depende de um esforço coletivo que envolva políticas públicas, formação acadêmica qualificada, fomento à pesquisa científica e reconhecimento dos saberes populares. Apenas por meio dessa articulação será possível integrar, de forma ética, segura e eficaz, as práticas tradicionais ao sistema formal de saúde, ampliando o acesso e fortalecendo o cuidado integral no SUS.

1.2. JUSTIFICATIVA

A Amazônia, especialmente a região Norte do Brasil, é reconhecida mundialmente por sua imensa biodiversidade, abrigando uma das maiores reservas de flora medicinal do planeta. Essa riqueza inclui inúmeras espécies vegetais com potencial terapêutico ainda em fase de validação científica. A fitoterapia, nesse contexto, representa não apenas uma prática tradicional profundamente enraizada nas comunidades locais, mas também uma oportunidade para o desenvolvimento de tecnologias em saúde baseadas no uso sustentável dos recursos naturais (Lepsch-Cunha; Frickmann, 2024).

Com o avanço das pesquisas sobre as propriedades farmacológicas das plantas amazônicas, cresce a necessidade de capacitar profissionais de saúde para o uso seguro, eficaz e ético da fitoterapia. Essa qualificação torna-se ainda mais urgente quando se considera que a população da região, especialmente em áreas ribeirinhas e rurais, recorre frequentemente a essas práticas como primeira forma de cuidado diante da escassez de serviços médicos convencionais (Haraguchi et al., 2020; Sousa; Pereira, 2024).

Entretanto, a inclusão da fitoterapia nos currículos acadêmicos das Instituições de Ensino Superior (IES), em especial nas universidades públicas, permanece incipiente. Essa ausência reflete um modelo de formação centrado em abordagens biomédicas, o que limita o preparo dos profissionais para lidar com

práticas integrativas reconhecidas e regulamentadas por políticas nacionais como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) (Coutinho; Flório; Souza, 2025).

A formação de profissionais qualificados para atuar com plantas medicinais na região amazônica é essencial, pois envolve o diálogo entre o saber tradicional e o conhecimento científico. Essa integração não apenas valoriza os saberes locais, muitas vezes transmitidos oralmente entre gerações, mas também fortalece a atenção primária à saúde, promovendo práticas seguras, baseadas em evidências e alinhadas às diretrizes do SUS (Leda, 2024).

A escassez de disciplinas obrigatórias sobre fitoterapia nos cursos da área da saúde contribui para a manutenção de um ensino fragmentado e desatualizado em relação às práticas integrativas. Essa lacuna dificulta a consolidação das PICs como ferramentas terapêuticas complementares aos tratamentos convencionais, limitando a formação crítica e ampliada dos futuros profissionais de saúde (Oliveira et al., 2024)

Estudos demonstram que a inserção de conteúdos sobre fitoterapia na graduação contribui para o desenvolvimento de competências clínicas mais abrangentes, além de promover maior acolhimento das práticas populares nos serviços de saúde. Essa abordagem fortalece a humanização do cuidado, ao reconhecer a pluralidade de saberes e práticas presentes na realidade brasileira (Feitosa et al., 2016; Ferreira et al., 2019).

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a fitoterapia tem sido abordada nos processos formativos da educação superior na área da saúde, a partir das evidências disponíveis na literatura científica. Buscou-se analisar as estratégias pedagógicas, os conteúdos abordados e os desafios relatados no ensino da fitoterapia, considerando sua relevância para a ampliação do cuidado integral e para o fortalecimento das práticas em saúde, especialmente em contextos alinhados às políticas públicas vigentes (Carvalho; Sousa, 2024).

Nesse sentido, este estudo propôs o desenvolvimento de uma tecnologia educacional voltada para a formação em fitoterapia. Espera-se que tais recursos contribuam para uma formação mais crítica, inclusiva e alinhada ao cuidado integral em saúde, fortalecendo a integração entre ciência e tradição, teoria e prática, universidade e comunidade.

1.3. PROBLEMA

A formação dos profissionais de saúde exige uma abordagem que vá além do modelo biomédico tradicional, incorporando práticas que considerem a diversidade cultural e os saberes populares presentes nos territórios em que esses profissionais atuarão. Nesse contexto, a fitoterapia se destaca como uma prática de cuidado amplamente utilizada, especialmente em regiões como a Amazônia, onde o conhecimento sobre plantas medicinais está profundamente enraizado nas comunidades locais. No entanto, apesar de sua relevância histórica, social e clínica, essa prática ainda é pouco explorada nos currículos das Instituições de Ensino Superior (IES), o que compromete sua integração efetiva nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

A ausência ou fragilidade da abordagem da fitoterapia na graduação contribui para a formação de profissionais pouco preparados para lidar com terapias complementares e integrativas reconhecidas por políticas nacionais de saúde. Essa lacuna não apenas limita a resolutividade das práticas em saúde, como também desconsidera saberes tradicionais legitimados por sua eficácia empírica e cultural. A escassez de disciplinas obrigatórias e de metodologias pedagógicas voltadas à fitoterapia revela um descompasso entre as diretrizes das políticas públicas e a prática formativa das universidades, sobretudo nas regiões que mais demandam esse conhecimento.

Diante disso, este investigou criticamente o lugar da fitoterapia na formação dos profissionais de saúde. Para tanto, orienta-se pelas seguintes questões: quais são as práticas de ensino atualmente utilizadas para abordar a fitoterapia na formação dos profissionais de saúde? Os cursos da área da saúde contemplam esse conteúdo em seus currículos de maneira efetiva? Quais são as principais lacunas existentes nesse ensino? E, por fim, que tipos de produtos educacionais poderiam contribuir para a inserção qualificada e o aprimoramento desse tema nas graduações em saúde?

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Elaborar estratégias pedagógicas para promover o ensino da fitoterapia nos cursos de graduação da área da saúde, ampliando a compreensão sobre seu impacto na formação profissional e na prática clínica.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Revisar a literatura sobre as práticas de ensino em fitoterapia.
- Analisar, a partir das evidências científicas, os desafios, limitações e potencialidades relacionados ao ensino da fitoterapia nos cursos da área da saúde.
- Desenvolver um guia educacional como recurso para o ensino da fitoterapia.
- Avaliara o Guia Educacional desenvolvido quanto à clareza, relevância, aplicabilidade pedagógica e organização, a partir da percepção de docentes da área da saúde.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. FITOTERAPIA NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO

A fitoterapia, prática milenar baseada no uso de plantas medicinais, tem sido incorporada gradualmente ao debate contemporâneo em saúde pública, especialmente no Brasil, onde há forte tradição de uso popular dessas terapias. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 80% da população mundial utiliza algum tipo de recurso fitoterápico, em especial em países em desenvolvimento, onde o acesso aos medicamentos convencionais é restrito (WHO, 2019). Esse dado reforça o papel estratégico da fitoterapia como recurso acessível, culturalmente aceito e com potencial de contribuir para a integralidade do cuidado.

No Brasil, a consolidação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) em 2006 e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) em 2006/2014 representou um marco para a institucionalização da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). Essas políticas reconhecem a relevância dos saberes tradicionais e propõem a integração de terapias complementares à saúde pública, com foco no uso racional, seguro e baseado em evidências (Rocha et al., 2023). Esse movimento também reforça o direito constitucional ao acesso universal e integral à saúde.

A Amazônia, em particular, apresenta condições singulares que tornam a fitoterapia ainda mais relevante no âmbito da saúde pública. A região concentra uma das maiores biodiversidades de espécies vegetais com propriedades terapêuticas reconhecidas, muitas das quais ainda em fase de validação científica. Nesse contexto, a fitoterapia não é apenas uma prática complementar, mas uma estratégia central para o cuidado em comunidades ribeirinhas, indígenas e rurais que dependem desses recursos devido à dificuldade de acesso a serviços biomédicos (Abreu et al., 2024).

A articulação entre saberes populares e conhecimento científico é outro ponto crucial nesse debate. As comunidades amazônicas acumulam, ao longo de gerações, conhecimentos empíricos sobre o uso de plantas medicinais, que vêm sendo gradualmente reconhecidos pela ciência. No entanto, para que essa integração ocorra de forma ética e segura, é necessário valorizar a interculturalidade, evitando a deslegitimação dos saberes tradicionais e promovendo pesquisas que unam ciência, tradição e inovação tecnológica (Pedroso; Andrade; Pires, 2021).

No campo da saúde pública, a fitoterapia também se conecta a princípios de

equidade e sustentabilidade. Por ser de baixo custo e amplamente disponível, seu uso racional pode ampliar o acesso a tratamentos e contribuir para a redução de desigualdades no cuidado em saúde (Cherobin et al., 2022). Além disso, a promoção da fitoterapia estimula cadeias produtivas locais de plantas medicinais, incentivando a economia solidária e o desenvolvimento regional sustentável (Bôas; Santos; Rezende, 2023).

A educação em saúde é parte fundamental desse processo, pois possibilita que tanto usuários quanto profissionais compreendam os riscos e benefícios do uso de fitoterápicos. Campanhas de conscientização, oficinas comunitárias e práticas educativas nos serviços de saúde são estratégias que potencializam a autonomia dos sujeitos e a corresponsabilidade no cuidado (Neves et al., 2024). Assim, o campo educacional atua como ponte entre o conhecimento técnico-científico e o popular.

No ensino formal, entretanto, a fitoterapia ainda ocupa espaço periférico, com pouco destaque nos currículos da saúde. Estudos apontam que, em muitas Instituições de Ensino Superior (IES), a temática é tratada de forma optativa, fragmentada ou superficial, o que compromete a formação crítica e a capacidade dos futuros profissionais de utilizarem essas práticas em sua atuação clínica (Nascimento et al., 2018; Oliveira Abreu; Carvalho Abreu, 2022). Isso reforça a necessidade de ampliar o debate curricular sobre as Práticas Integrativas e Complementares (PICs).

Outro ponto de destaque é que a fitoterapia pode contribuir para a construção de um modelo de atenção mais humanizado e integral. Ao considerar a pessoa em suas dimensões biológicas, sociais, espirituais e ambientais, a prática se afasta da lógica biomédica reducionista e aproxima-se de uma concepção ampliada de saúde. Essa abordagem está em consonância com os princípios do SUS e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que preconizam uma formação voltada à integralidade do cuidado (Santana; Assis; Araújo-Jorge, 2025).

A inserção da fitoterapia no contexto da educação, portanto, deve ser compreendida como estratégia pedagógica e política. De um lado, contribui para a formação de profissionais capazes de reconhecer e aplicar práticas baseadas em evidências e em saberes tradicionais. De outro, fortalece políticas públicas de saúde que visam ampliar o acesso, a resolubilidade e a humanização do cuidado (Lemos; Luiza, 2024; Coutinho; Flório; Souza, 2024). Assim, sua presença nos espaços formativos é decisiva para consolidar um SUS plural e democrático.

Em síntese, a fitoterapia no contexto da saúde pública e da educação

transcende a simples utilização de plantas medicinais. Trata-se de uma prática que articula ciência, cultura, política e pedagogia, com impacto direto na promoção da saúde, na equidade social e no desenvolvimento sustentável. Sua valorização depende da integração entre políticas públicas, ensino crítico, pesquisa científica e respeito às práticas culturais locais, sobretudo em regiões de alta diversidade sociobiológica como a Amazônia.

3.2. ENSINO DA FITOTERAPIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

O ensino da fitoterapia na formação em saúde permanece como um campo em construção no Brasil, ainda marcado por lacunas curriculares e metodológicas. Embora a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) estabeleçam diretrizes para a inserção da temática nos processos formativos, grande parte das Instituições de Ensino Superior (IES) ainda não incorpora a fitoterapia de forma obrigatória e transversal em seus cursos (Ferreira et al., 2023). Essa ausência repercute diretamente na capacidade dos profissionais de atuarem de forma crítica e segura no uso de plantas medicinais no Sistema Único de Saúde (SUS).

A predominância do modelo biomédico no ensino superior contribui para a marginalização de saberes tradicionais e integrativos. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para cursos como Medicina, Enfermagem, Odontologia e Farmácia defendem uma formação integral, humanizada e voltada à atenção primária. No entanto, a prática pedagógica ainda se mostra centrada em disciplinas convencionais, com pouco espaço para práticas integrativas como a fitoterapia (Santana; Assis; Araújo-Jorge, 2025). Essa contradição revela um descompasso entre as diretrizes oficiais e a realidade vivenciada nos cursos de graduação.

Estudos apontam que o ensino da fitoterapia em cursos da área da saúde é, em geral, ofertado como disciplina optativa ou em módulos eletivos, o que limita o acesso dos estudantes ao conteúdo. Além disso, quando presente, a abordagem costuma restringir-se a aspectos farmacológicos das plantas, desconsiderando dimensões culturais, sociais e ambientais que também estruturam o uso da fitoterapia no Brasil (Miranda et al., 2022; Gomes et al., 2025). Isso reduz o potencial formativo da prática como ferramenta de cuidado integral.

A formação em fitoterapia deve considerar não apenas conhecimentos técnico-científicos, mas também a valorização de saberes populares e tradicionais.

Nesse sentido, a abordagem pedagógica deve ser interdisciplinar, envolvendo áreas como farmacologia, etnobotânica, antropologia, saúde coletiva e políticas públicas. Esse diálogo entre disciplinas contribui para superar a fragmentação do ensino e favorecer uma compreensão mais ampla sobre a inserção da fitoterapia no cuidado em saúde (Mattos et al., 2018).

Outro desafio identificado na literatura é a escassez de docentes com formação adequada para ministrar conteúdos sobre fitoterapia. Muitos professores não tiveram acesso a essa formação em seus processos acadêmicos e, por isso, reproduzem resistências e preconceitos em relação às práticas integrativas. Esse cenário limita a consolidação da fitoterapia como componente curricular e exige investimentos em capacitação docente e desenvolvimento de materiais pedagógicos inovadores (Neves et al., 2024).

Experiências exitosas, entretanto, demonstram que a inclusão da fitoterapia no ensino superior pode ampliar o repertório terapêutico dos estudantes e favorecer práticas de saúde mais humanizadas. Pesquisas indicam que a inserção de conteúdos sobre fitoterapia contribui para o desenvolvimento de competências clínicas e socioculturais, permitindo que os futuros profissionais reconheçam e valorizem práticas populares utilizadas pelos pacientes (Silva; Padilha, 2022). Esse aspecto é particularmente relevante na Atenção Primária à Saúde, onde o cuidado deve ser pautado pela integralidade e pelo vínculo com a comunidade.

O ensino da fitoterapia também desempenha papel estratégico no fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica. A formação acadêmica que integra a fitoterapia pode estimular novos estudos sobre plantas medicinais, promovendo validação científica, desenvolvimento de fitoterápicos seguros e estímulo à inovação em saúde (Abreu et al., 2024). Dessa forma, a presença da fitoterapia nos currículos não apenas qualifica os profissionais, mas também fortalece a produção científica nacional.

Do ponto de vista pedagógico, a inserção da fitoterapia no ensino em saúde exige metodologias ativas que promovam o protagonismo dos estudantes. Estratégias como problematização, estudo de casos, oficinas práticas e integração ensino-serviço-comunidade têm mostrado potencial para ampliar a compreensão crítica sobre o tema e para aproximar a teoria da realidade dos territórios (Assunção, 2021). Tais práticas também favorecem a humanização do processo formativo, ao reconhecer os pacientes como sujeitos detentores de saberes.

A integração entre universidade, serviços de saúde e comunidades tradicionais também é essencial para qualificar o ensino da fitoterapia. Programas de extensão, estágios supervisionados e projetos interdisciplinares podem aproximar os estudantes das práticas de cuidado locais, promovendo um aprendizado contextualizado e socialmente relevante (Almeida; Ramalho; Castro, 2022). Essa perspectiva favorece a construção de uma formação crítica, ética e comprometida com as demandas regionais, sobretudo na Amazônia.

Portanto, o ensino da fitoterapia na formação em saúde deve ser compreendido como estratégia para ampliar a integralidade do cuidado, reduzir desigualdades e valorizar a diversidade cultural do país. Para isso, é necessário superar resistências institucionais, investir na capacitação docente e adotar metodologias inovadoras que articulem ciência e tradição. Assim, será possível formar profissionais capazes de integrar a fitoterapia de forma ética, segura e eficaz à prática clínica, contribuindo para o fortalecimento do SUS e para o cuidado integral da população.

3.3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DA FITOTERAPIA

O ensino da fitoterapia nos cursos da área da saúde exige metodologias pedagógicas que transcendam a simples transmissão de conteúdos técnicos, incorporando abordagens críticas, participativas e interdisciplinares. A utilização de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas (PBL), a aprendizagem significativa e o ensino por projetos, tem se mostrado eficaz para promover a construção coletiva do conhecimento e estimular a autonomia do estudante (Araújo; Ramos, 2023). Essas metodologias favorecem a reflexão crítica e a integração entre teoria e prática, fundamentais para a compreensão da fitoterapia no contexto clínico e social.

Oficinas práticas são estratégias recorrentes e altamente eficazes para o ensino da fitoterapia. Nessas atividades, os estudantes podem manipular plantas medicinais, preparar formas farmacêuticas simples (como chás, tinturas e pomadas) e discutir sua aplicabilidade terapêutica. Essas experiências contribuem para aproximar os conteúdos teóricos da realidade prática, além de valorizar a sabedoria popular presente nas comunidades (Neves et al., 2024).

Outra estratégia pedagógica relevante é a integração ensino-serviço-comunidade, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). A inserção de

estudantes em cenários de prática, como unidades básicas de saúde, hortos medicinais comunitários e projetos de extensão universitária, favorece o contato direto com o uso popular de plantas e amplia a compreensão do papel da fitoterapia no SUS (Assunção, 2021). Essa vivência fortalece a formação socialmente comprometida e humanizada.

O uso de tecnologias digitais também tem potencial para dinamizar o ensino da fitoterapia. Ambientes virtuais de aprendizagem, aplicativos de identificação de plantas, vídeos interativos e realidade aumentada podem enriquecer o processo formativo, tornando-o mais acessível e atraente para os estudantes. Além disso, os recursos digitais permitem a atualização constante das informações, acompanhando os avanços da pesquisa científica (Bender et al., 2024).

A abordagem interdisciplinar é outro eixo fundamental para a construção de estratégias pedagógicas consistentes. A fitoterapia não deve ser tratada como tema isolado, mas integrada a disciplinas como farmacologia, botânica, saúde coletiva, antropologia e políticas públicas. Essa articulação curricular contribui para uma visão ampliada do cuidado em saúde e para a superação do modelo biomédico fragmentado (Abreu et al., 2014).

As metodologias problematizadoras, inspiradas em Paulo Freire, também encontram grande aplicabilidade no ensino da fitoterapia. Por meio da discussão de situações reais, como o uso de plantas medicinais em comunidades tradicionais ou a resistência de profissionais ao uso das PICs, os estudantes são levados a refletir criticamente sobre as contradições do sistema de saúde. Esse processo promove consciência crítica e protagonismo estudantil (Bender et al., 2024).

Estratégias pedagógicas baseadas em pesquisa também podem fortalecer a formação em fitoterapia. Incentivar os estudantes a desenvolverem projetos de investigação sobre plantas medicinais, revisões de literatura ou estudos de campo em comunidades tradicionais contribui para a produção de conhecimento científico e para a articulação entre saber popular e saber acadêmico (Abreu et al., 2024). Assim, o ensino se transforma em espaço de inovação e validação científica.

Outra prática formativa de destaque é a construção de hortos medicinais universitários. Esses espaços funcionam como laboratórios vivos, onde os estudantes podem aprender sobre cultivo, manejo e uso terapêutico das plantas. Além disso, os hortos fortalecem a extensão universitária, ao se constituírem em espaços de troca entre comunidade, universidade e serviços de saúde (Neves et al., 2024).

A avaliação formativa deve acompanhar as estratégias pedagógicas adotadas, priorizando instrumentos que valorizem o processo de aprendizagem, e não apenas o resultado. Relatórios reflexivos, portfólios, autoavaliação e projetos colaborativos são exemplos de práticas avaliativas coerentes com o ensino da fitoterapia, pois permitem identificar avanços conceituais, práticos e atitudinais dos estudantes (Mendes et al., 2024).

Em síntese, as estratégias pedagógicas para o ensino da fitoterapia devem articular teoria e prática, ciência e tradição, tecnologia e cultura. A adoção de metodologias ativas, problematizadoras e interdisciplinares, aliadas ao uso de tecnologias digitais e à valorização dos saberes populares, contribui para a formação de profissionais críticos, éticos e preparados para atuar em um SUS plural, democrático e baseado em evidências.

3.4. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO EM SAÚDE

As políticas educacionais brasileiras para a formação em saúde estão diretamente vinculadas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e à promoção de práticas profissionais que valorizem a integralidade do cuidado. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) representam instrumentos normativos centrais, pois orientam os currículos dos cursos da saúde no sentido de formar profissionais críticos, reflexivos, humanistas e comprometidos com a realidade social do país (Brasil, 2014). Essa orientação abre espaço para a inserção das Práticas Integrativas e Complementares (PICs), entre elas a fitoterapia, como estratégias pedagógicas e terapêuticas que respondem às demandas da população.

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída em 2006, também é referência essencial no campo educacional, pois recomenda a formação e a capacitação de profissionais de saúde no uso seguro e racional das PICs (Brasil, 2015). Esse documento reconhece que a consolidação das práticas integrativas no SUS depende da articulação entre políticas públicas de saúde e políticas de educação superior, ressaltando a importância de currículos que contemplem conteúdos relacionados à fitoterapia.

Outro marco relevante é a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que prevê ações de incentivo à pesquisa, ao cultivo e ao uso sustentável de espécies medicinais, associadas à formação de recursos humanos capacitados (Rocha et al. 2023). Tal política reforça a necessidade de alinhar os

processos formativos à valorização da biodiversidade nacional, em especial a Amazônia, e ao diálogo entre saberes populares e científicos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), em articulação com as DCNs, estabelece princípios que orientam a autonomia universitária e a flexibilidade curricular, possibilitando a inserção de novos conteúdos e metodologias. Isso favorece a inclusão da fitoterapia nos projetos pedagógicos dos cursos, seja por meio de disciplinas obrigatórias, optativas ou práticas integradas em estágios e atividades de extensão (Assunção, 2021). No entanto, a aplicação desses dispositivos ainda encontra resistências institucionais.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), por sua vez, amplia o debate sobre a formação dos profissionais, ao propor que a aprendizagem ocorra de forma contínua, integrada ao processo de trabalho e orientada pelas necessidades do SUS (Faria et al., 2021). Essa perspectiva reforça a importância de incluir a fitoterapia não apenas na graduação, mas também na formação continuada e em programas de residência, garantindo atualização constante e prática crítica.

No campo internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também tem enfatizado a necessidade de políticas educacionais voltadas ao ensino de medicinas tradicionais e complementares. O *WHO Traditional Medicine Strategy 2014-2023* destaca a urgência de formar profissionais aptos a integrar práticas tradicionais de forma ética, segura e baseada em evidências, especialmente em países que possuem forte uso cultural de fitoterápicos, como o Brasil (Brasil, 2015).

Apesar das diretrizes nacionais e internacionais, estudos apontam que a implementação das políticas ainda é incipiente. Muitas Instituições de Ensino Superior (IES) não contemplam de forma sistemática a fitoterapia em seus currículos, o que compromete a efetivação das PICs no SUS (Gomes et al., 2025). Essa lacuna evidencia a necessidade de maior articulação entre Ministérios da Saúde e da Educação, garantindo coerência entre políticas educacionais e de saúde.

A integração das políticas educacionais às demandas locais é especialmente importante no contexto amazônico, onde a diversidade biológica e cultural torna a fitoterapia prática cotidiana em muitas comunidades. Inserir esse tema na formação dos profissionais de saúde significa não apenas atender às diretrizes nacionais, mas também responder a necessidades concretas de populações que dependem das plantas medicinais para o cuidado (Abreu et al., 2024).

A consolidação das políticas educacionais voltadas ao ensino da fitoterapia também exige o fortalecimento da pesquisa científica. A produção de evidências robustas sobre eficácia, segurança e aplicabilidade clínica das plantas medicinais legitima sua inclusão nos currículos e promove maior aceitação institucional. Assim, ensino, pesquisa e extensão tornam-se dimensões indissociáveis para a efetividade das políticas (Abreu et al., 2024).

Em síntese, as políticas educacionais e diretrizes para a formação em saúde configuram-se como pilares para a valorização da fitoterapia no ensino superior. Embora existam avanços normativos importantes, como as DCNs, a PNPIC e a PNPMF, sua efetivação ainda demanda superação de resistências institucionais, investimentos em formação docente e maior integração entre ciência e tradição. O fortalecimento dessa agenda representa não apenas a valorização da biodiversidade e da cultura brasileira, mas também a construção de um SUS mais inclusivo, integral e democrático.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de etapas metodológicas articuladas, contemplando a realização de uma Revisão Integrativa da Literatura, o desenvolvimento de um produto educacional e sua avaliação por docentes da área da saúde. Esses procedimentos foram organizados de forma a garantir coerência entre os objetivos da pesquisa, os achados da literatura, a elaboração e a avaliação do Guia Prático para o Ensino da Fitoterapia na Formação dos Profissionais da Saúde.

4.1. Revisão Integrativa da Literatura

4.1.1. Tipo de estudo

Este estudo caracteriza-se como uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), uma abordagem metodológica capaz de analisar e sintetizar de forma ampla o conhecimento científico disponível sobre determinado tema, permitindo a identificação de lacunas no conhecimento e o subsídio para novas pesquisas (Galvão; Pereira, 2014; Araújo, 2020). A RIL se distingue por sua capacidade de organizar informações provenientes de diferentes fontes, possibilitando uma avaliação crítica que apoia a incorporação de evidências na prática educacional e clínica. Além disso, a metodologia está alinhada à Prática Baseada em Evidências (PBE), pois fornece dados confiáveis sobre a eficácia de diferentes estratégias, fortalecendo a tomada de decisão em contextos pedagógicos e clínicos (Camargo et al., 2017).

4.1.2. Referencial metodológico

A condução da RIL seguiu o modelo proposto por Dantas et al. (2021), estruturado em seis etapas: (1) identificação do tema e formulação da questão de pesquisa; (2) busca e seleção na literatura; (3) extração e categorização dos dados; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) interpretação dos dados; e (6) apresentação dos resultados da revisão. Essa sistematização permite um processo metodológico rigoroso, garantindo que a análise dos estudos seja compreensiva e replicável, além de fornecer suporte para a tomada de decisões fundamentadas em evidências sólidas.

4.1.3. Questão de pesquisa

A questão de pesquisa foi elaborada com base no acrônimo TQO (Roever et al., 2021), em que: o “T” representa o tema principal (Práticas de Ensino), o “Q” se refere aos aspectos específicos do tema (Fitoterapia) e o “O” indica a população ou contexto da pesquisa (cursos de graduação da área da saúde). A partir desta estrutura, definiu-se a seguinte questão: “Quais são as práticas de ensino utilizadas para a abordagem da fitoterapia nos cursos de graduação da área da saúde?”. Esta questão orienta todo o processo de busca, seleção e análise dos estudos, garantindo foco e pertinência da revisão.

4.1.4. Critérios de inclusão e exclusão

Para assegurar a relevância e a qualidade das evidências, foram estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão. Foram selecionados artigos científicos originais que abordassem práticas de ensino em fitoterapia, sem restrições de idioma ou período de publicação, garantindo uma análise ampla e abrangente do tema. Por outro lado, foram excluídos duplicatas, dissertações, teses e estudos de revisão, de forma a priorizar estudos primários que possibilitassem avaliação direta das metodologias utilizadas. Essa delimitação permite não apenas a organização sistemática dos dados, mas também a identificação de lacunas relevantes para futuras investigações.

4.1.5. Fontes de extração de dados

A busca pelos estudos primários foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo LILACS, BDENF, IBECS, SciELO, PubMed, Scopus e Web of Science, sendo as três últimas acessadas via Portal de Periódicos da CAPES, por meio da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Universidade Estadual do Pará (UEPA). A escolha dessas bases se justifica pela abrangência e relevância das publicações indexadas, garantindo a inclusão de estudos de qualidade internacional e latino-americana, permitindo a construção de uma síntese consistente sobre práticas de ensino de fitoterapia.

4.1.6. Descritores e palavras-chave utilizadas

Para a realização das buscas, utilizaram-se descritores controlados do DeCS e MeSH, tais como “Fitoterapia / Phytotherapy”, “Ensino / Teaching” e “Ciências da

Saúde / Health Sciences". Complementarmente, foram aplicados termos livres em português e inglês, incluindo "Terapia de Ervas", "Fitoterápicos", "Métodos de Ensino", "Práticas de Ensino" e "Graduação em Saúde". Os descritores foram combinados com operadores booleanos "AND" e "OR" para garantir que a busca fosse suficientemente ampla para captar estudos relevantes, mas suficientemente específica para não incluir artigos não pertinentes. Essa estratégia, planejada e aplicada em dezembro de 2024, buscou contemplar diferentes abordagens pedagógicas, métodos e contextos educacionais.

4.1.7. Coleta de dados

A coleta de dados dos estudos incluídos foi realizada utilizando um instrumento próprio, estruturado para registrar informações essenciais, como título, autores, ano de publicação, objetivo, tipo de estudo e principais resultados. Além disso, os estudos foram categorizados segundo a Classificação de Nível de Evidência do Oxford Centre for Evidence-Based Medicine (Roever et al., 2021), permitindo diferenciar evidências de alta confiabilidade (1A e 1B) de opiniões de especialistas e estudos de menor rigor metodológico (nível 5). Essa abordagem possibilitou uma análise crítica da robustez científica de cada estudo, fornecendo subsídios para interpretações fundamentadas e aplicáveis à prática educacional.

4.1.8. Avaliação e seleção dos estudos

A triagem e seleção dos artigos foram realizadas com o auxílio do software Rayyan (Ouzzani et al., 2016), que possibilita organização eficiente e análise sistemática de referências. Inicialmente, todos os artigos identificados foram exportados em formato RIS, e duplicatas foram removidas. Posteriormente, os títulos e resumos foram analisados, considerando a relevância para a questão de pesquisa, o tipo de estudo e o contexto educacional. Os estudos que cumpriram os critérios preliminares passaram à leitura integral para confirmação da elegibilidade, garantindo que a amostra final consistisse apenas em publicações relevantes e com qualidade metodológica adequada.

4.1.9. Síntese de dados

Após a coleta, os dados foram organizados e sintetizados de forma sistemática, permitindo a identificação de padrões, tendências e lacunas nas práticas

de ensino de fitoterapia. Os achados foram agrupados em quadros temáticos, facilitando a visualização dos principais resultados e evidências de cada estudo, bem como sua aplicabilidade em cursos de graduação da área da saúde. Essa síntese não apenas apresenta as práticas pedagógicas mais recorrentes, mas também permite compreender os desafios, limitações e potencialidades das metodologias utilizadas, oferecendo subsídios para aprimoramento do ensino e desenvolvimento de futuras pesquisas no campo**.**

4.1.10. Criação do guia educacional

Com base nos resultados obtidos na revisão integrativa, foi elaborado um guia educacional voltado para a prática pedagógica em fitoterapia nos cursos de graduação em saúde. O guia teve como finalidade reunir, de forma sistematizada e acessível, as principais estratégias de ensino identificadas, contemplando metodologias ativas, recursos didáticos e práticas clínicas ou laboratoriais que se mostraram eficazes na literatura.

A construção do material seguiu critérios de clareza, aplicabilidade e fundamentação científica, garantindo que o conteúdo seja adequado tanto para docentes quanto para discentes.

Além de sistematizar boas práticas, o guia educacional tem caráter orientador, destacando recomendações para a incorporação da fitoterapia na formação em saúde, bem como sugestões para superar desafios identificados nos estudos. Dessa forma, o material buscou não apenas sintetizar evidências, mas também apoiar o desenvolvimento de currículos inovadores e alinhados às demandas atuais da educação em saúde.

A elaboração do produto educacional seguiu um percurso metodológico próprio para o desenvolvimento de produtos tecnológicos em programas de Mestrado Profissional, conforme referencial da área de Educação e Ensino, contemplando as etapas de pré-concepção, pesquisa, análise e síntese, prototipação e análise dos resultados da aplicação, conforme descrito a seguir (RIZZATTI et al., 2020).

O produto desenvolvido consiste em um Guia Prático para o Ensino da Fitoterapia na Formação dos Profissionais da Saúde, com caráter educacional, aplicado e orientador, destinado a docentes e preceptores da área da saúde.

A Etapa 1, de pré-concepção, teve como objetivo a delimitação do problema educacional, a definição do público-alvo e a finalidade do produto. Essa etapa foi

fundamentada exclusivamente nos resultados da Revisão Integrativa da Literatura, a qual evidenciou lacunas no ensino da fitoterapia, especialmente no que se refere à fragilidade das metodologias de ensino, à limitação de estratégias pedagógicas aplicadas e à ausência de materiais sistematizados de apoio ao docente. Ressalta-se que a revisão integrativa não subsidiou diretamente o conteúdo do guia, mas exerceu papel diagnóstico, justificando a necessidade de desenvolvimento de um produto educacional aplicado.

Na Etapa 2, de Pesquisa, realizou-se o levantamento de referenciais teóricos, pedagógicos e normativos relacionados à educação em saúde, às metodologias ativas de ensino-aprendizagem, às diretrizes curriculares nacionais dos cursos da área da saúde e às políticas públicas vinculadas à fitoterapia e às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Essa etapa teve como finalidade assegurar que o produto educacional fosse desenvolvido em consonância com os princípios da formação em saúde, com rigor científico e adequação ao contexto acadêmico, sem que esses referenciais constituíssem diretamente o conteúdo do guia.

A análise e síntese das informações, Etapa 3, possibilitou a definição da estrutura, dos objetivos educacionais e da abordagem pedagógica do guia. Nessa etapa, foram definidos os eixos temáticos, a organização didática e a linguagem adotada no produto, priorizando clareza, acessibilidade e aplicabilidade prática. Esse processo permitiu a transformação do diagnóstico do problema educacional em diretrizes concretas para a construção do produto tecnológico.

Na quarta etapa, Prototipação do Produto Educacional, foi realizada a elaboração da versão inicial do Guia, desenvolvido em formato digital e organizado de modo a favorecer sua utilização em contextos acadêmicos. O produto foi estruturado com orientações pedagógicas, propostas de metodologias ativas, sugestões de atividades teóricas e práticas, estudos de caso e estratégias de integração entre teoria e prática, configurando-se como um instrumento orientador e flexível, passível de adaptação às diferentes realidades institucionais.

A quinta e última etapa do produto nesta dissertação, foi a Análise dos Resultados da Aplicação. Foi realizada de forma reflexiva e analítica, considerando os limites e objetivos do Mestrado Profissional. Essa etapa consistiu na avaliação da coerência entre o produto desenvolvido e as lacunas identificadas na Revisão Integrativa da Literatura, bem como na apreciação do potencial pedagógico, da clareza e da aplicabilidade do guia como ferramenta de apoio ao docente. Destaca-se

que não foi realizada validação externa ou aplicação piloto com o público-alvo, permanecendo o produto aberto a futuras aplicações, avaliações e aperfeiçoamentos em estudos posteriores.

4.1.11. Avaliação do Guia Educacional

A etapa de avaliação do Guia de Fitoterapia para Ensino caracterizou-se como um estudo descritivo, com abordagem quali-quantitativa. A adoção desse delineamento justifica-se pela necessidade de integrar a análise objetiva de aspectos estruturais do material, como clareza, organização, relevância e aplicabilidade pedagógica, à compreensão subjetiva das percepções, sugestões e críticas dos docentes avaliadores, possibilitando uma apreciação ampliada e aprofundada do guia educativo.

A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição de ensino superior localizada no município de Parauapebas, estado do Pará, que oferta cursos na área da saúde. A escolha dessa instituição ocorreu em função de sua acessibilidade e da presença de diferentes cursos da área, o que permitiu contemplar múltiplas perspectivas docentes sobre o uso da fitoterapia no contexto da formação em saúde.

Participaram do estudo docentes vinculados aos cursos de Enfermagem, Nutrição e Odontologia. A amostra foi do tipo não probabilística, por conveniência, composta por professores com, no mínimo, um ano de atuação no ensino superior. Do universo aproximado de 30 docentes da instituição, buscou-se a participação mínima de 10 professores, assegurando ao menos um representante de cada curso, com o intuito de garantir diversidade de experiências e áreas de atuação no processo avaliativo.

A coleta de dados ocorreu de forma online, por meio do *Google forms*, conforme a disponibilidade dos participantes e a autorização institucional. Inicialmente, foram apresentados os objetivos do estudo, os procedimentos metodológicos e os aspectos éticos envolvidos. Após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os docentes tiveram acesso ao guia educativo para leitura individual. Em seguida, responderam a um formulário avaliativo composto por questões objetivas, estruturadas em escala do tipo Likert, e questões abertas destinadas à coleta de percepções, sugestões e críticas acerca do material. O tempo estimado para a leitura do guia e o preenchimento do instrumento foi de aproximadamente 20 a 30 minutos.

Os dados coletados foram armazenados em local seguro e posteriormente analisados. As informações oriundas das questões objetivas foram submetidas à análise estatística descritiva, permitindo identificar padrões de avaliação relacionados à clareza, aplicabilidade, relevância e estrutura do guia educativo.

As respostas às questões abertas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo temática, possibilitando a organização das falas em categorias e eixos temáticos representativos das principais percepções, sugestões e críticas dos participantes. Essa etapa permitiu compreender, de forma qualitativa, os significados atribuídos pelos docentes ao material, bem como identificar aspectos considerados relevantes para o aprimoramento do guia.

Foram incluídos no estudo docentes da área da saúde, com no mínimo um ano de atuação no ensino superior, vinculados aos cursos de Enfermagem, Nutrição e Odontologia da instituição participante.

Foram excluídos do estudo docentes que exerciam exclusivamente funções administrativas, sem atuação direta em atividades de ensino; docentes substitutos ou temporários cujo vínculo contratual se encerrasse antes ou durante o período de coleta de dados; docentes em afastamento prolongado por férias, licença médica, licença-maternidade ou outros impedimentos legais; docentes que não disponibilizaram tempo hábil para responder aos instrumentos de coleta, mesmo após agendamento prévio; e aqueles que não concordaram em participar da pesquisa, recusando a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.1.12. Aspectos Éticos e legais

Todo o processo de pesquisa respeitou os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Pará, sob o parecer nº 8.050.162 e CAAE nº 93103125.4.0000.8607. Em todas as etapas da investigação, foram assegurados aos participantes a confidencialidade, o anonimato e o sigilo das informações, bem como o respeito à voluntariedade da participação.

5. RESULTADOS

5.1. RESULTADOS DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

O processo de busca e seleção dos estudos seguiu rigorosamente os critérios previamente estabelecidos no protocolo da Revisão Integrativa, assegurando clareza e transparência metodológica. Inicialmente, foram identificados 716 registros nas bases de dados LILACS, BDENF, IBECS, SciELO, PubMed, Scopus e Web of Science, por meio de descritores controlados e termos livres relacionados ao ensino da fitoterapia na formação de profissionais de saúde.

Após a remoção das duplicatas, que somaram 34 registros, restaram 682 estudos para a etapa de triagem de títulos e resumos. Esse processo foi conduzido com auxílio do software Rayyan, o que possibilitou maior organização e confiabilidade na aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos.

Na leitura de títulos e resumos, observou-se que grande parte dos artigos não dialogava com a questão de pesquisa proposta, resultando na exclusão de 668 estudos. As justificativas mais frequentes para exclusão foram: tratar-se de artigos de revisão (n=12), possuir temática divergente (n=653), apresentar formato de entrevista (n=1) ou corresponder a dissertação acadêmica (n=2).

Após essa filtragem, 14 estudos foram selecionados para leitura integral, o que permitiu uma avaliação mais criteriosa de sua pertinência metodológica e de sua relação direta com a questão norteadora da revisão. Esse movimento foi essencial para identificar evidências mais consistentes sobre as práticas pedagógicas utilizadas no ensino da fitoterapia.

Na etapa de leitura integral, todos os 14 artigos foram cuidadosamente examinados. Destes, 2 foram excluídos, pois, embora abordassem temáticas próximas, não apresentavam dados capazes de responder de forma adequada à questão de pesquisa estabelecida. Tal exclusão demonstra a necessidade de manter critérios rigorosos para evitar a inclusão de evidências pouco consistentes.

Assim, a amostra final desta Revisão Integrativa foi composta por 12 estudos que atendiam plenamente aos critérios de inclusão. Esses trabalhos, provenientes de diferentes contextos nacionais e internacionais, fornecem um panorama diversificado sobre as estratégias pedagógicas e metodológicas voltadas ao ensino da fitoterapia nos cursos da área da saúde.

Entre os estudos incluídos, verificou-se a predominância de metodologias

qualitativas, com ênfase em relatos de experiência, estudos de campo e análises de práticas pedagógicas. Essa característica reflete a natureza ainda incipiente da produção científica sobre o ensino da fitoterapia, que privilegia abordagens exploratórias e descritivas em detrimento de ensaios controlados ou quantitativos robustos.

Observou-se também que muitos dos estudos destacam a relevância de metodologias ativas no ensino da fitoterapia, como oficinas práticas, aprendizagem baseada em problemas (PBL) e integração ensino-serviço-comunidade. Essas práticas demonstram potencial para aproximar o estudante da realidade profissional, valorizando tanto o saber científico quanto os conhecimentos tradicionais e populares.

Outro achado importante foi a constatação de que a maioria das experiências relatadas está concentrada em cursos de Enfermagem e Farmácia, havendo menor número de iniciativas voltadas a Medicina, Odontologia e Nutrição. Esse dado reforça a necessidade de ampliar a abordagem curricular da fitoterapia em diferentes graduações da área da saúde, garantindo formação mais abrangente e interdisciplinar.

A análise global da amostra revelou ainda lacunas significativas na produção científica, como a ausência de estudos longitudinais, a escassez de pesquisas com metodologias quantitativas e a limitada exploração de ferramentas digitais e tecnológicas para o ensino da fitoterapia. Esses aspectos indicam caminhos para futuras investigações, além de ressaltarem a importância de consolidar a fitoterapia como campo legítimo na formação em saúde.

Quadro 1: Síntese da amostral final composta pelos artigos científicos encontrados nas bases de dados selecionadas na Metodologia.

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Relato de experiência do curso de plantas medicinais para profissionais de saúde	Ceolin et al. (2013)	Descrever experiência formativa com curso sobre plantas medicinais	Relato de experiência	Relato positivo sobre engajamento, transferência para prática; recomendações para continuidade
Inserção do Conteúdo Fitoterapia em Cursos da Área de Saúde	Feitosa et al. (2016)	Investigar opinião de acadêmicos sobre inclusão de fitoterapia nos currículos	Estudo transversal e analítico, realizado com aplicação de questionário a alunos de	Alta aceitação (>70%) dos discentes pela inclusão; desconhecimento da PNPIC entre a maioria

			Enfermagem, Medicina e Odontologia	
Conhecimento e uso de plantas medicinais por acadêmicos do curso de farmácia	Santos et al. (2019)	Avaliar o conhecimento e o uso de plantas medicinais por acadêmicos do curso de Farmácia	Estudo de campo, de natureza transversal e quantitativa	Uso corrente de plantas medicinais; lacunas em conteúdo formal e treinamento.
Impacto da Capacitação de Profissionais da Rede Pública de Saúde de São Paulo na Prática da Fitoterapia	Haraguchi et al. (2020)	Avaliar impacto de curso/capacitação em práticas de fitoterapia entre profissionais	Estudo exploratório, descritivo, com abordagem quali-quantitativa	Aumento do conhecimento, maior recomendação/prescrição de fitoterápicos e ampliação de atividades relacionadas; indicação de necessidade de continuidade
A fitoterapia na Atenção Primária à Saúde segundo os profissionais de saúde do Rio de Janeiro e do Programa Mais Médicos	Rodrigues; Campos; Siqueira (2020)	Identificar como a fitoterapia, uma das práticas integrativas e complementares mais incidentes no Sistema Único de Saúde, tem sido apropriada pelos profissionais que atuam na Estratégia Saúde da Família (ESF) no município do Rio de Janeiro, destacando os limites dessa utilização na perspectiva do direito à saúde integral.	Estudo qualitativo, tipo exploratório e transversal	66,7% dos médicos e 41,7% dos enfermeiros prescrevem fitoterápicos, embora a maioria não tenha recebido formação acadêmica específica. 76,9% dos agentes comunitários e 54% dos enfermeiros observaram cultivo de plantas medicinais nas residências. 83,3% dos enfermeiros e 80,9% dos médicos relataram uso de plantas pela população. Profissionais cubanos apresentaram maior experiência com fitoterapia e citaram mais espécies vegetais do que os brasileiros. ACSs destacaram a transmissão de saberes populares e a relevância da formação em PICs.
Conhecimentos e práticas sobre fitoterapia entre graduandos da área da saúde: Um estudo transversal	Marcelino et al. (2021)	Avaliar conhecimento, uso e práticas de fitoterapia entre estudantes da saúde	Estudo transversal do tipo exploratório e descritivo	Uso de plantas medicinal com frequência; lacunas em formação formal; automedicação relatada
Práticas e saberes em fitoterapia entre os profissionais de saúde de Unidades Básicas de Saúde no	Monte et al. (2021)	Levantar práticas e conhecimentos sobre fitoterapia entre acadêmicos de saúde	Estudo transversal do tipo exploratório e descritivo	Evidência de conhecimento tradicional, variação entre cursos; estudantes desejam mais formação

Município de Campina Grande, PB				
Avaliação de práticas e saberes sobre fitoterapia e automedicação entre graduandos de enfermagem: Um estudo transversal	Silva et al. (2021)	Levantar conhecimento, uso e atitudes sobre fitoterapia e automedicação	Estudo transversal e quantitativo	Alta prevalência de uso/automedicação; lacunas no preparo crítico e regulamentação percebida
Capacitação de profissionais na atenção primária em saúde: um caminho para a promoção da fitoterapia	Zeni; Galvão; Sasse (2021)	Implementar e avaliar capacitação para uso de plantas medicinais na Atenção Básica	Estudo do tipo pesquisa-ação, com abordagem qualiquantitativa	Implantação resultou em ações práticas e sensibilização das equipes; barreiras logísticas e necessidade de apoio institucional
As conexões de saberes em fitoterapia, na educação tutorial	Mariz (2022)	Refletir sobre as relações de interdependência entre as diversas atividades executadas a partir da reformulação do planejamento inicialmente traçado para aquele ano	Relato de experiência	Seminários integraram alunos à pesquisa e extensão; aumento de interesse e projetos locais
Abordagem sobre plantas medicinais e fitoterápicos nos cursos de graduação da área de saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana	Ribeiro; Brito (2023)	Verificar se as regulamentações dos Conselhos Profissionais da área de saúde orientam o trabalho com plantas medicinais e fitoterápicos por seus profissionais, assim como analisar a abordagem desse tema nos currículos dos cursos de graduação da área de saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana, a fim de verificar se os estudantes têm acesso a esse conhecimento durante a graduação	estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória.	A maioria dos cursos não contempla o tema em suas disciplinas; apenas Farmácia e Ciências Biológicas apresentam carga horária voltada ao assunto, com maior ênfase em Farmácia. Há regulamentações dos Conselhos Profissionais permitindo a atuação com fitoterápicos, mas os currículos ainda não refletem essa exigência.
Oficina sobre plantas	Peixoto et al. (2024)	Relatar as experiências de um	Relato de experiência	Atividade prática aumentou engajamento,

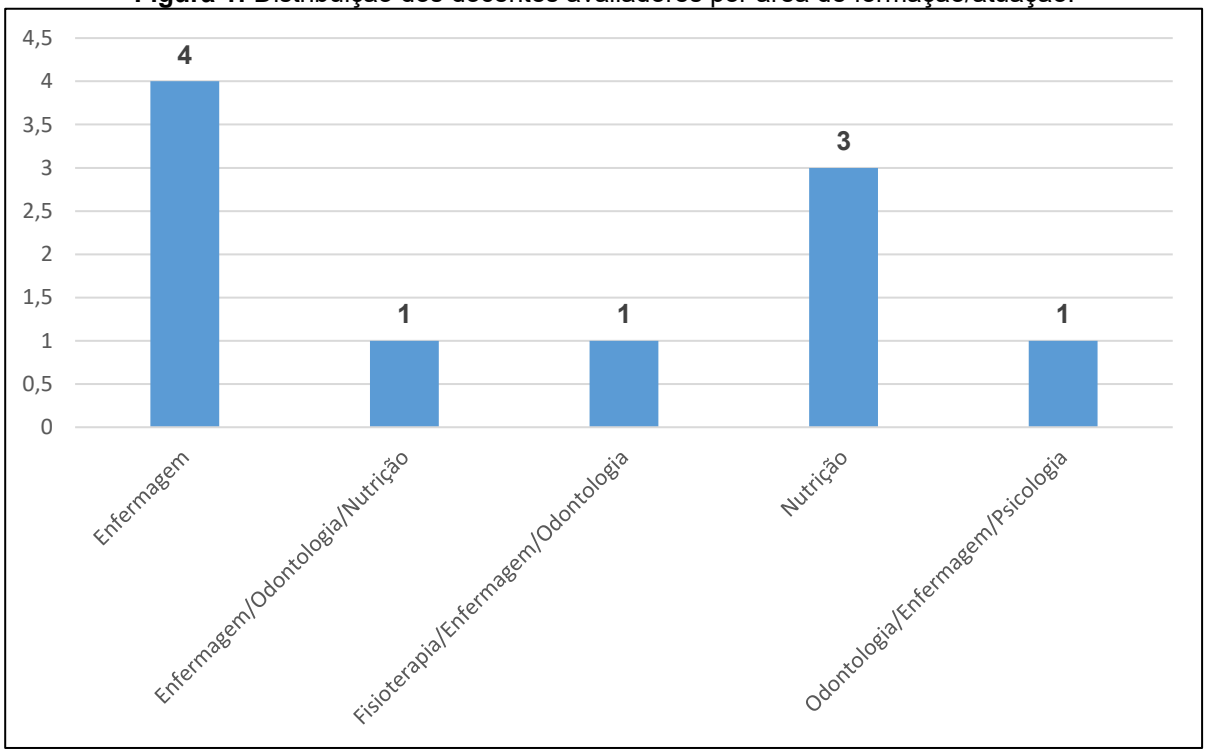
medicinais e condimentos para profissionais de saúde e acadêmicos no município de Coxim, Mato Grosso do Sul		programa de formação em PICS, com oficinas sobre plantas medicinais e condimentos para profissionais de saúde do município de Coxim, Mato Grosso do Sul e acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior		aprendizagem prática e vínculo comunidade-universidade

Fonte: Autoria própria (2025).

5.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA TECNOLOGIA

Participaram da avaliação do Guia Prático para o Ensino da Fitoterapia na Formação dos Profissionais de Saúde dez docentes do ensino superior, vinculados a diferentes cursos da área da saúde. Observou-se predominância de docentes das áreas de Nutrição e Enfermagem, além da participação de profissionais com atuação multiprofissional, vinculados simultaneamente a mais de um curso. Esse perfil evidencia a transversalidade da temática da fitoterapia na formação em saúde e a pertinência de sua abordagem em distintos contextos formativos, reforçando seu caráter interdisciplinar no ensino superior.

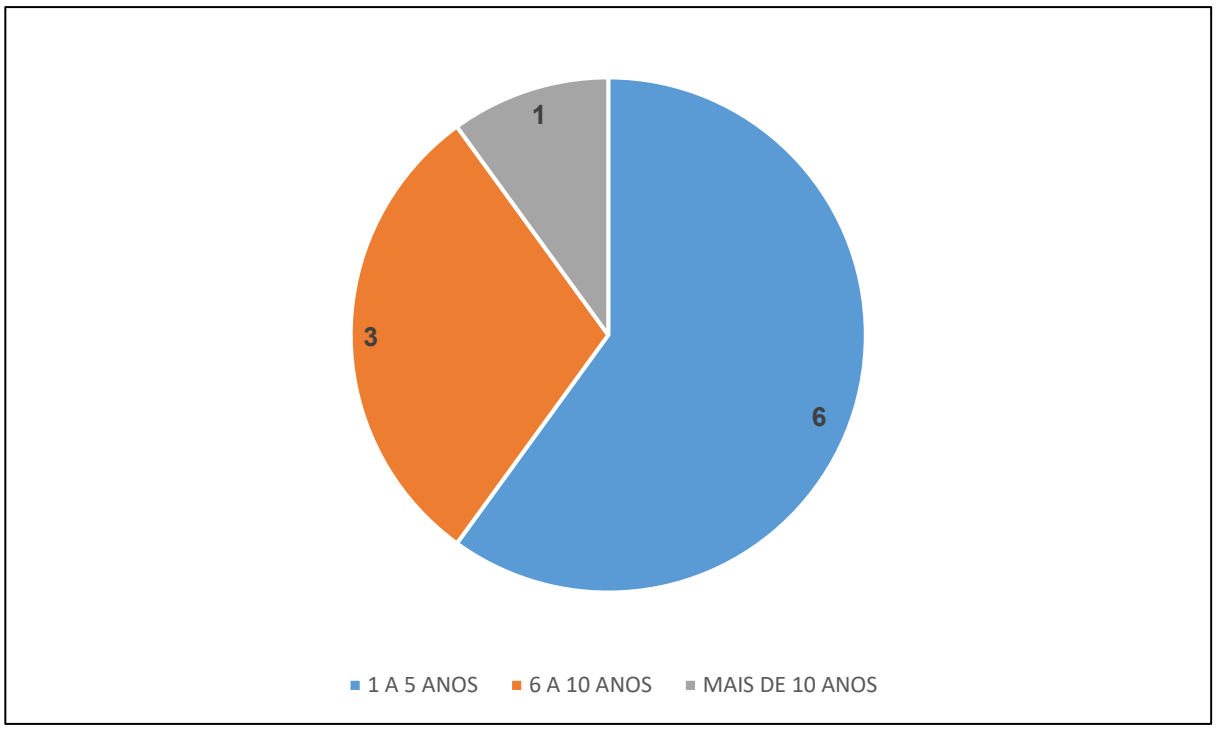
Figura 1: Distribuição dos docentes avaliadores por área de formação/atuação.



Fonte: Autoria própria, extraído Google Forms (2025).

Em relação ao tempo de atuação na docência, constatou-se predominância de profissionais com experiência entre 1 e 5 anos, embora também tenham participado docentes com trajetórias mais extensas, incluindo aqueles com mais de 10 anos de atuação. Essa diversidade de experiência contribui para a robustez da avaliação, ao contemplar percepções de docentes em início de carreira e de profissionais com vivência consolidada no campo da formação em saúde.

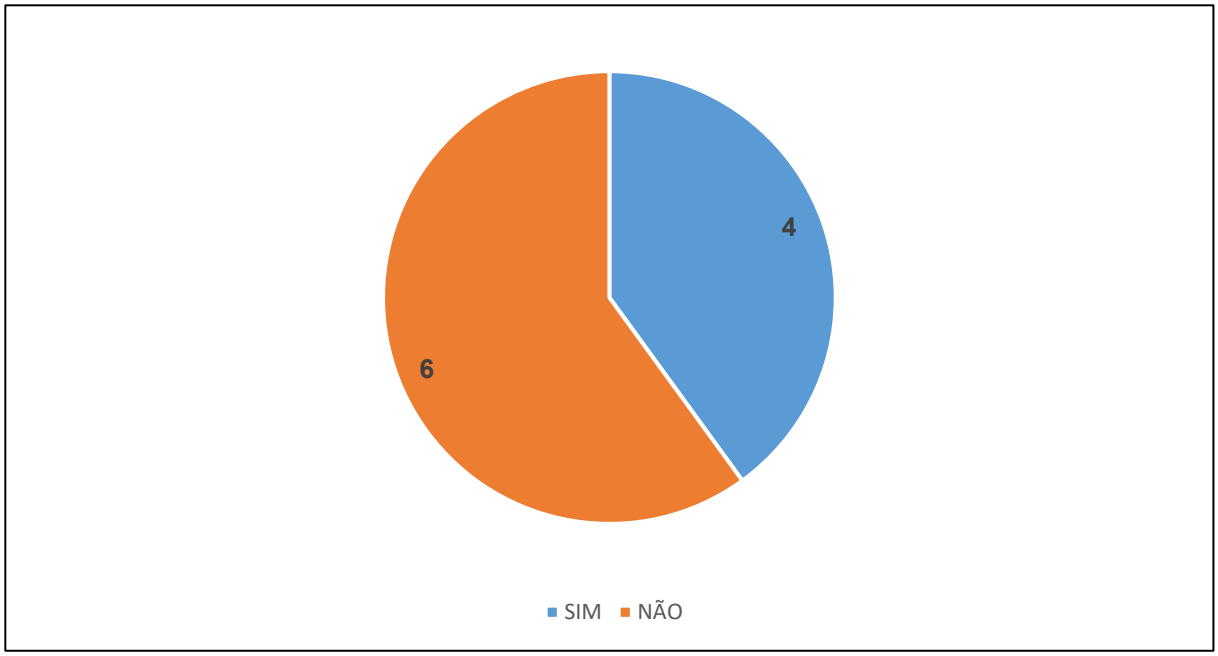
Figura 2: Tempo de atuação dos docentes avaliadores no ensino superior.



Fonte: Autoria própria, extraído Google Forms (2025).

Quanto à experiência prévia com a temática da fitoterapia, a maioria dos participantes (70%) relatou não ter trabalhado o conteúdo em sua prática pedagógica, enquanto 30% já haviam abordado o tema em atividades de ensino. Esse resultado evidencia uma lacuna formativa ainda presente nos cursos de graduação da área da saúde, reforçando a necessidade de materiais didáticos estruturados e acessíveis para subsidiar o docente na introdução qualificada do tema.

Figura 3: Experiência prévia dos docentes avaliadores com o ensino da Fitoterapia.



Fonte: Autoria própria, extraído Google Forms (2025).

A avaliação do guia revelou consenso quanto à sua aplicabilidade no contexto do ensino superior em saúde. Todos os participantes consideraram o material adequado para utilização em sua prática pedagógica, reconhecendo-o como um instrumento facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Destacou-se especialmente sua contribuição para o planejamento das aulas, organização dos conteúdos e sistematização dos conhecimentos relacionados à fitoterapia.

De modo geral, os participantes ressaltaram que o guia apresenta linguagem clara, estrutura didática organizada e conteúdo pertinente, aspectos considerados essenciais para a adoção efetiva de tecnologias educacionais no ambiente acadêmico. Tais características beneficiam tanto docentes com pouca experiência prévia com o tema quanto aqueles que já possuem algum contato com a fitoterapia.

Os avaliadores destacaram também a relevância do guia para disciplinas que abordam saúde coletiva, nutrição, enfermagem e práticas integrativas e complementares, enfatizando seu potencial de contribuir para uma formação crítica, ampliada e contextualizada dos estudantes. Além disso, foi reconhecida a importância do material no âmbito das políticas públicas de saúde, sobretudo relacionadas à incorporação da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando sua relevância pedagógica e social.

Embora a avaliação tenha sido globalmente positiva, os participantes apresentaram sugestões pontuais de aprimoramento, majoritariamente relacionadas

a aspectos visuais e didáticos. Entre as recomendações mais recorrentes destacaram-se: inclusão de imagens ilustrativas, ajustes no layout gráfico e adoção de elementos visuais complementares para tornar o guia mais atrativo e funcional. Essas contribuições evidenciam uma postura colaborativa dos avaliadores e reforçam o caráter dinâmico e passível de aperfeiçoamento contínuo da tecnologia educacional.

Quadro 2: Síntese das sugestões de aprimoramento apresentadas pelos docentes.

DIMENSÃO AVALIADA	SUGESTÕES APRESENTADAS	FREQUÊNCIA (N)
Aspectos visuais	Inclusão de mais imagens ilustrativas	5
Layout gráfico	Ajustes no layout e organização visual	3
Recursos didáticos	Inserção de elementos visuais complementares (quadros, esquemas)	2
Linguagem/conteúdo	Não foram sugeridas alterações significativas	—

Fonte: Autoria própria, extraído Google Forms (2025).

A análise qualitativa dos comentários finais indicou satisfação predominante com o guia, com destaque para a qualidade do conteúdo, atualidade do tema e potencial pedagógico. Alguns participantes ressaltaram a escassez de materiais específicos sobre fitoterapia, enfatizando a relevância do guia como ferramenta de apoio pedagógico e sua contribuição para a qualificação do ensino e ampliação do debate sobre práticas integrativas e complementares no contexto acadêmico.

Os docentes também apontaram que o guia pode servir como referência para planejamento curricular, subsidiando a inclusão sistematizada da fitoterapia em diferentes componentes curriculares e fortalecendo a integração entre teoria e prática no ensino superior em saúde.

A avaliação evidenciou que, embora o guia atenda às necessidades pedagógicas atuais, há espaço para melhorias contínuas, especialmente no que se refere a recursos visuais e didáticos que facilitem a compreensão e retenção do conteúdo pelos estudantes.

Por fim, a percepção unânime de aplicabilidade do material, combinada com sugestões de aprimoramento, confirma que o guia possui potencial transformador na formação de profissionais de saúde, sendo capaz de apoiar a construção de competências críticas e práticas relacionadas à fitoterapia.

6. DISCUSSÃO

6.1. DISCUSSÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

6.1.1. A inserção da fitoterapia no ensino superior da área da saúde: avanços e desafios formativos

A análise dos estudos incluídos na revisão integrativa revela que a fitoterapia vem ganhando espaço gradualmente no ensino superior da área da saúde, embora ainda de forma incipiente e fragmentada. Experiências como a relatada por Ceolin et al. (2013) destacam o potencial transformador de cursos e oficinas voltados à formação de profissionais em práticas fitoterápicas, evidenciando alto engajamento e a transferência de conhecimento para o campo prático. Contudo, apesar dos resultados positivos, tais iniciativas permanecem pontuais e carecem de institucionalização, o que reflete um cenário de avanços isolados e descontinuados na consolidação da fitoterapia como componente curricular obrigatório.

Estudos posteriores reforçam essa tendência, apontando que a inclusão da fitoterapia nos currículos dos cursos de saúde ainda é tratada como tema periférico. Feitosa et al. (2016) identificaram ampla aceitação entre os estudantes quanto à importância da inserção do conteúdo, mas evidenciaram desconhecimento generalizado sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Essa lacuna de conhecimento indica não apenas falhas curriculares, mas também uma carência de integração entre as políticas públicas e o ensino superior, dificultando a formação crítica e tecnicamente preparada para o uso racional de fitoterápicos no SUS.

A pesquisa de Santos et al. (2019) corrobora essa perspectiva, ao apontar que, embora os estudantes de Farmácia apresentem alto uso pessoal de plantas medicinais, existe escassez de treinamento formal sobre fitoterapia durante a graduação. Esse descompasso entre prática empírica e formação acadêmica formal reforça a distância entre o conhecimento popular e o científico — uma tensão que se perpetua nas instituições de ensino devido à hegemonia do modelo biomédico (Santana; Assis; Araújo-Jorge, 2025). Tal modelo, historicamente centrado na racionalidade técnica e fragmentada do cuidado, ainda marginaliza saberes tradicionais e integrativos, dificultando sua validação acadêmica.

No campo da formação continuada, Haraguchi et al. (2020) evidenciaram que

cursos de capacitação em fitoterapia promovem significativo aumento no conhecimento e nas práticas dos profissionais da rede pública. O estudo demonstra que formações pontuais podem transformar percepções e práticas assistenciais, estimulando a prescrição racional e o manejo seguro de plantas medicinais. No entanto, a dependência de iniciativas isoladas e a ausência de políticas educacionais estruturadas indicam a necessidade de inserir tais conteúdos de forma permanente e transversal nas graduações e residências, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2014).

A relevância da formação acadêmica para o fortalecimento das práticas integrativas também é destacada por Rodrigues, Campos e Siqueira (2020), que observaram que a maioria dos profissionais de saúde do Rio de Janeiro que atuam com fitoterapia não recebeu formação específica durante a graduação. O estudo aponta que, mesmo em contextos de alta demanda populacional, o uso da fitoterapia depende muito mais da experiência pessoal e do saber popular do que de uma base científica institucionalizada. Essa constatação reforça a urgência de rever os currículos das universidades brasileiras, especialmente nas regiões com tradição de uso de plantas medicinais, como a Amazônia, onde a integração entre ciência e cultura é vital (Leda, 2024; Lepsch-Cunha; Frickmann, 2024).

A pesquisa de Marcelino et al. (2021) acrescenta um dado importante ao debate: a prevalência do uso e da automedicação entre graduandos da área da saúde, associada a lacunas significativas no ensino formal sobre fitoterapia. Essa constatação aponta para um paradoxo pedagógico, estudantes de saúde utilizam fitoterápicos em sua vida pessoal, mas carecem de formação crítica para orientar pacientes ou prescrever com segurança. Esse cenário evidencia a ausência de um eixo formativo que una a prática cultural e o saber científico, o que compromete a construção de uma competência clínica integral e humanizada (Silva; Padilha, 2022).

Outros estudos, como o de Monte et al. (2021), reforçam que há uma variação expressiva no conhecimento sobre fitoterapia entre diferentes cursos da área da saúde. Enquanto estudantes de Enfermagem e Farmácia demonstram maior familiaridade com o tema, os de Medicina e Odontologia relatam menor contato com conteúdos relacionados. Essa desigualdade formativa reflete a falta de diretrizes curriculares específicas que orientem a inclusão da fitoterapia de forma interdisciplinar, abrangendo todos os campos da saúde (Gomes et al., 2025). Essa fragmentação pedagógica contribui para a perpetuação de uma formação tecnicista e

descolada das realidades culturais e territoriais.

Silva et al. (2021) também apontam o risco da automedicação e da ausência de regulação do ensino sobre fitoterapia, o que reforça a importância de estratégias pedagógicas voltadas à segurança no uso de plantas medicinais. A negligência desse aspecto nos currículos pode gerar profissionais despreparados para lidar com interações medicamentosas, toxicidade e posologia, fragilizando o cuidado integral. Como destaca Pedroso, Andrade e Pires (2021), o uso seguro da fitoterapia depende da formação técnica, do conhecimento farmacológico e do respeito ao saber popular, dimensões que devem coexistir na formação em saúde.

A experiência de Zeni, Galvão e Sasse (2021) traz uma perspectiva propositiva ao demonstrar que a capacitação por meio de pesquisa-ação e oficinas práticas favorece a sensibilização das equipes e a implementação de ações concretas nos serviços de saúde. Esse tipo de abordagem dialoga diretamente com as metodologias ativas de ensino (Araújo; Ramos, 2023; Assunção, 2021), pois promove o protagonismo dos participantes e a contextualização do aprendizado. Tais evidências reforçam a necessidade de incorporar práticas educativas participativas e extensionistas, especialmente em contextos amazônicos, onde o aprendizado prático em comunidades locais potencializa a formação crítica.

Por fim, o estudo de Ribeiro e Brito (2023) evidencia que, mesmo diante das regulamentações profissionais que autorizam o trabalho com fitoterápicos, as universidades ainda não refletem essas diretrizes em seus currículos. Essa desconexão entre regulamentação, prática e ensino revela um hiato institucional que compromete a efetivação das políticas públicas de saúde e educação. No contexto amazônico, essa lacuna adquire contornos ainda mais urgentes, considerando a necessidade de formar profissionais aptos a reconhecer a biodiversidade regional como patrimônio terapêutico e sociocultural, conforme apontam Bôas, Santos e Rezende (2023).

Em síntese, o panorama apresentado pelos estudos demonstra que, embora existam experiências exitosas na formação em fitoterapia, o ensino superior brasileiro ainda carece de uma política institucional consistente que garanta a presença efetiva desse conteúdo nos currículos da saúde. Superar os entraves formativos requer uma transformação paradigmática, capaz de romper com o modelo biomédico hegemônico e promover uma formação integral, crítica e culturalmente enraizada. Somente assim será possível consolidar a fitoterapia como prática científica, pedagógica e

socialmente relevante no contexto do SUS e da educação em saúde.

6.1.2. Estratégias pedagógicas e metodologias ativas no ensino da fitoterapia

A análise dos estudos incluídos na revisão integrativa evidência que o ensino da fitoterapia exige metodologias pedagógicas capazes de promover o protagonismo discente e a integração entre teoria e prática. As experiências relatadas por Ceolin et al. (2013) e Peixoto et al. (2024) demonstram que oficinas e atividades práticas são estratégias eficazes para estimular o aprendizado significativo e o engajamento dos participantes, pois favorecem o contato direto com as plantas medicinais e a reflexão sobre seu uso terapêutico. Essas abordagens aproximam o ensino da realidade concreta dos serviços de saúde e das comunidades, permitindo que o conhecimento técnico-científico dialogue com o saber popular.

As metodologias ativas de aprendizagem, como a aprendizagem baseada em problemas (ABP), a aprendizagem por projetos e a problematização freiriana, têm se mostrado particularmente adequadas para o ensino da fitoterapia. De acordo com Araújo e Ramos (2023), essas estratégias rompem com a lógica transmissiva tradicional, estimulando a autonomia, a reflexão crítica e o pensamento interdisciplinar. No contexto da formação em saúde, elas promovem o desenvolvimento de competências clínicas, sociais e culturais, essenciais para lidar com práticas integrativas e com a complexidade do cuidado no SUS. Assim, o ensino da fitoterapia deve ser visto não como um conteúdo adicional, mas como um campo formativo que potencializa a integralidade do cuidado.

Os resultados de Zeni, Galvão e Sasse (2021) e Assunção (2021) reforçam essa perspectiva, mostrando que a utilização de metodologias ativas em processos de capacitação e ensino-serviço resulta em mudanças significativas de atitude entre profissionais e estudantes. A pesquisa-ação, em especial, tem se mostrado uma abordagem promissora, pois permite a construção coletiva do conhecimento, integrando docentes, discentes e comunidades em processos colaborativos. Essa estratégia amplia o alcance social do ensino e favorece o fortalecimento da fitoterapia como prática educativa, terapêutica e culturalmente sensível.

A interdisciplinaridade emerge como princípio estruturante nas estratégias pedagógicas de ensino da fitoterapia. Conforme Abreu et al. (2024) e Bôas, Santos e Rezende (2023), o diálogo entre áreas como farmacologia, etnobotânica, antropologia e saúde coletiva é indispensável para superar o ensino fragmentado e tecnicista. A

articulação entre diferentes campos do saber contribui para uma compreensão holística da saúde e para o reconhecimento das dimensões socioculturais envolvidas no uso das plantas medicinais. Essa abordagem é especialmente relevante na Amazônia, onde os saberes tradicionais constituem importante fonte de conhecimento e de pertencimento identitário.

O uso de tecnologias digitais e recursos virtuais também aparece como tendência inovadora no ensino da fitoterapia. Bender et al. (2024) destacam o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para dinamizar o aprendizado, permitindo acesso a bancos de dados de espécies vegetais, aplicativos de identificação botânica e ambientes de aprendizagem gamificados. Essas ferramentas ampliam o alcance das práticas educativas, favorecendo a formação híbrida e interativa, especialmente em contextos geograficamente amplos como o da Amazônia. A combinação entre ensino presencial, oficinas práticas e recursos digitais representa uma oportunidade estratégica para atualizar e democratizar o ensino da fitoterapia.

Outro elemento fundamental identificado nos estudos é o vínculo entre ensino, serviço e comunidade, conforme apontam Peixoto et al. (2024) e Mariz (2022). Essa integração promove experiências formativas contextualizadas, que aproximam o estudante da realidade dos territórios e das práticas populares de saúde. A extensão universitária, ao possibilitar trocas entre saberes acadêmicos e comunitários, transforma o aprendizado em experiência viva e socialmente relevante. Essa perspectiva dialoga com a pedagogia de Paulo Freire, que defende a educação como prática libertadora e transformadora da realidade, princípio essencial para consolidar uma formação crítica e humanizada.

A experiência relatada por Mariz (2022), em programas de educação tutorial, demonstra que a reformulação dos planejamentos pedagógicos, com inclusão de projetos interdisciplinares em fitoterapia, desperta maior interesse e engajamento dos estudantes. O envolvimento ativo em seminários e projetos de pesquisa-extensionistas possibilitou a criação de espaços de experimentação e produção científica, fortalecendo a cultura investigativa no campo das Práticas Integrativas e Complementares (PICs). Essa vivência reforça a importância de currículos flexíveis, que permitam a inserção de temas emergentes e socialmente relevantes na formação em saúde.

A avaliação formativa e reflexiva surge como dimensão essencial no processo

de ensino-aprendizagem em fitoterapia. Mendes et al. (2024) argumentam que instrumentos como portfólios, autoavaliações e relatórios reflexivos são mais adequados para mensurar competências críticas, éticas e relacionais do que provas tradicionais. No ensino de fitoterapia, tais métodos permitem acompanhar o desenvolvimento do raciocínio clínico, da sensibilidade cultural e da postura ética dos estudantes, alinhando-se à perspectiva de educação permanente em saúde (Faria et al., 2021). Essa abordagem avalia não apenas o conhecimento técnico, mas também a capacidade de aplicar práticas integrativas de forma ética e contextualizada.

A formação docente aparece como outro eixo crítico para o fortalecimento das estratégias pedagógicas. A literatura demonstra que muitos professores da área da saúde não receberam formação adequada sobre fitoterapia, o que limita a abordagem do tema em sala de aula (Neves et al., 2024; Gomes et al., 2025). Investir em capacitação docente, oficinas pedagógicas e redes colaborativas de ensino pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais criativas e baseadas em evidências. Essa dimensão é estratégica para superar resistências institucionais e consolidar a fitoterapia como campo legítimo de ensino e pesquisa.

Por fim, as metodologias participativas e problematizadoras revelam-se fundamentais para integrar a fitoterapia aos princípios do SUS e às necessidades sociais contemporâneas. Ao promover o diálogo entre saberes científicos e tradicionais, essas abordagens valorizam a diversidade cultural e fortalecem a autonomia dos sujeitos na construção do conhecimento (Santana; Assis; Araújo-Jorge, 2025). No contexto amazônico, onde as comunidades possuem ampla tradição no uso de plantas medicinais, essas metodologias não apenas qualificam o ensino, mas também contribuem para a preservação da biodiversidade e o reconhecimento dos saberes locais como patrimônio imaterial.

Em síntese, o conjunto de evidências analisadas demonstra que o ensino da fitoterapia demanda inovação pedagógica, compromisso ético e diálogo intercultural. As metodologias ativas, quando aliadas à pesquisa-ação, à extensão universitária e ao uso de tecnologias digitais, potencializam a aprendizagem significativa e formam profissionais críticos, sensíveis e aptos a atuar em um SUS plural e humanizado. A consolidação dessas estratégias no ensino superior é condição essencial para transformar a fitoterapia de uma prática periférica em um eixo estruturante da educação em saúde e da valorização da biodiversidade amazônica.

6.1.3. Políticas públicas, diretrizes educacionais e institucionalização da fitoterapia na formação em saúde

A inserção da fitoterapia no ensino superior e na prática em saúde está intrinsecamente relacionada à consolidação de políticas públicas que legitimem e regulamentem o uso das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no Sistema Único de Saúde (SUS). A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída em 2006 e revisada em 2015, é o principal marco legal que reconhece a fitoterapia como prática terapêutica integrante do SUS (Brasil, 2015). Apesar dos avanços normativos, os estudos incluídos nesta revisão revelam que a implementação da política ainda é desigual e enfrenta resistências institucionais. Ribeiro e Brito (2023) observaram que, embora os conselhos profissionais regulamentem o trabalho com fitoterápicos, os currículos universitários ainda não refletem essa exigência, evidenciando uma lacuna entre diretriz e prática formativa.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos da área da saúde, revisadas em 2014, reforçam a importância de uma formação generalista, humanizada e voltada à integralidade do cuidado (Brasil, 2014). Entretanto, estudos como os de Feitosa et al. (2016) e Monte et al. (2021) mostram que, na prática, o ensino da fitoterapia permanece à margem dos currículos, sendo tratado como conteúdo optativo ou extracurricular. Essa omissão curricular reforça o predomínio do modelo biomédico e a desvalorização de saberes tradicionais, contrariando o princípio de interdisciplinaridade previsto nas DCNs e os objetivos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que defende o aprendizado contínuo e contextualizado ao território (Faria et al., 2021).

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) complementa a PNPIC ao promover o uso sustentável e científico das espécies medicinais e incentivar a formação de recursos humanos capacitados (Rocha et al., 2023; Bôas; Santos; Rezende, 2023). Essa política reforça a necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão como estratégia para consolidar a fitoterapia na formação em saúde. No entanto, Gomes et al. (2025) e Santana, Assis e Araújo-Jorge (2025) apontam que a falta de integração entre políticas educacionais e sanitárias constitui um dos principais entraves à institucionalização da fitoterapia. A ausência de incentivos à pesquisa, de linhas de financiamento e de programas de capacitação docente compromete a efetividade das políticas públicas existentes.

No cenário amazônico, a implementação dessas políticas assume uma

relevância singular. A região, reconhecida por sua biodiversidade e por sua tradição no uso de plantas medicinais, representa um laboratório vivo para a aplicação das diretrizes da PNPIC e da PNPMF. Leda (2024) destaca que a integração entre saberes tradicionais e científicos é fundamental para o uso ético e sustentável da biodiversidade local, enquanto Lepsch-Cunha e Frickmann (2024) ressaltam o potencial econômico e terapêutico das espécies amazônicas. A valorização desses conhecimentos por meio da formação superior fortalece não apenas a atenção primária à saúde, mas também o desenvolvimento científico e biotecnológico regional.

A efetivação das políticas também depende da existência de estratégias de formação docente e gestão curricular que sustentem o ensino da fitoterapia de forma transversal e interdisciplinar. Carvalho et al. (2025) defendem que a formação holística em saúde requer currículos integrados, com ênfase na educação crítica e reflexiva. Nesse sentido, a PNPIC e as DCNs devem servir como instrumentos orientadores para a transformação pedagógica, assegurando que as instituições de ensino formem profissionais capazes de dialogar com diferentes racionalidades terapêuticas e de promover práticas de saúde mais inclusivas e integrativas.

Os achados da revisão também evidenciam que a ausência de políticas institucionais nas universidades constitui um obstáculo à consolidação da fitoterapia na formação em saúde. Conforme apontam Ribeiro e Brito (2023) e Monte et al. (2021), poucos cursos incorporam o tema em disciplinas obrigatórias ou dedicam carga horária significativa à sua abordagem. Essa lacuna institucional revela a necessidade de políticas internas de valorização da fitoterapia, com a criação de núcleos de práticas integrativas, hortos medicinais universitários e laboratórios de fitoprodutos, que funcionem como espaços de pesquisa, extensão e ensino integrado (Neves et al., 2024).

A educação permanente aparece como eixo estruturante na consolidação das políticas públicas de fitoterapia. Haraguchi et al. (2020) e Zeni, Galvão e Sasse (2021) demonstram que programas de capacitação contínua ampliam o conhecimento dos profissionais e estimulam o uso racional de plantas medicinais no SUS. Tais experiências, quando institucionalizadas, podem se transformar em políticas de educação continuada, assegurando atualização constante e o alinhamento da prática profissional às diretrizes nacionais. Assim, a formação inicial e a educação permanente devem ser vistas como dimensões complementares no fortalecimento das práticas integrativas.

Outro aspecto relevante é a necessidade de produção científica e validação das práticas tradicionais. A institucionalização da fitoterapia no ensino depende do fortalecimento de redes de pesquisa, da publicação de estudos de eficácia e segurança e da inclusão do tema em programas de pós-graduação (Abreu et al., 2024; Oliveira et al., 2025). A falta de evidências robustas é frequentemente utilizada como argumento para a marginalização da fitoterapia nos espaços acadêmicos, embora já existam evidências consistentes sobre seus benefícios e segurança quando utilizada de forma racional (Silva; Pedroso; Pires, 2025). Assim, o estímulo à pesquisa científica é essencial para consolidar a legitimidade epistemológica da fitoterapia.

As políticas públicas também devem reconhecer a dimensão intercultural da fitoterapia, sobretudo em contextos amazônicos e indígenas. Conforme enfatizam Santana, Assis e Araújo-Jorge (2025), a efetivação das PICs requer o reconhecimento da pluralidade de saberes e a superação de visões hierárquicas entre o conhecimento científico e o tradicional. A educação superior desempenha papel estratégico nesse processo ao formar profissionais aptos a dialogar com diferentes racionalidades terapêuticas, valorizando as práticas populares sem descaracterizá-las. Essa postura ética e intercultural é condição essencial para a construção de um SUS plural, democrático e socialmente justo.

Por fim, a análise integrada dos estudos e das políticas revela que a institucionalização da fitoterapia na formação em saúde demanda não apenas reformas curriculares, mas uma mudança paradigmática no modo de compreender o cuidado e o conhecimento. É preciso superar a visão fragmentada e tecnicista que separa ensino, pesquisa e prática social, adotando uma perspectiva de formação crítica, humanista e ambientalmente comprometida. Na Amazônia, essa integração adquire significado ampliado: a valorização da fitoterapia como eixo educativo e terapêutico representa também um ato político de preservação cultural, sustentabilidade ecológica e fortalecimento do protagonismo regional na produção de saberes em saúde.

6.2. DISCUSSÃO DA AVALIAÇÃO DA TECNOLOGIA

Os resultados obtidos atendem diretamente ao objetivo geral do estudo, que consistiu em avaliar o Guia Prático para o Ensino da Fitoterapia na Formação dos Profissionais de Saúde quanto à sua aplicabilidade, relevância pedagógica e potencial de contribuição para o ensino superior. A aceitação unânime do material pelos docentes evidencia que o guia responde de forma adequada às demandas formativas relacionadas à fitoterapia, corroborando estudos que destacam a importância de tecnologias educacionais estruturadas para o fortalecimento do ensino de práticas integrativas e complementares na área da saúde (Ceolin et al., 2013; Peixoto et al., 2024).

No que se refere ao objetivo específico de caracterizar o perfil dos docentes avaliadores, a diversidade de áreas de formação e o caráter multiprofissional dos participantes reforçam a transversalidade da fitoterapia na formação em saúde. Esse achado dialoga com a literatura, que aponta a necessidade de abordagens interdisciplinares para a inserção qualificada da fitoterapia nos currículos de cursos como Enfermagem, Nutrição, Medicina, Odontologia e Farmácia, ainda marcados por assimetrias na oferta desse conteúdo (Feitosa et al., 2016; Marcelino et al., 2021; Monte et al., 2021).

O objetivo de identificar a experiência prévia dos docentes com o ensino da fitoterapia foi contemplado ao evidenciar que a maioria dos participantes não havia trabalhado o tema em sua prática pedagógica. Esse resultado confirma a existência de lacunas formativas já descritas na literatura, que aponta dissociação entre o uso social das plantas medicinais e a formação acadêmica formal dos profissionais de saúde (Santos et al., 2019; Silva et al., 2021). Tal cenário reforça a pertinência do guia como estratégia de apoio ao docente na introdução sistematizada do tema.

Ao analisar a aplicabilidade pedagógica do guia, conforme previsto nos objetivos específicos, os resultados demonstram que o material foi reconhecido como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, especialmente no planejamento de aulas e na organização dos conteúdos. Esse achado está alinhado a estudos que indicam que tecnologias educacionais bem estruturadas aumentam a segurança pedagógica dos docentes e favorecem a incorporação de conteúdos emergentes no ensino superior em saúde (Ceolin et al., 2013; Haraguchi et al., 2020).

No que se refere às aplicabilidades práticas de utilização do produto tecnológico no contexto do ensino superior, o guia pode ser empregado como um

instrumento estruturador do planejamento docente, subsidiando a organização de planos de aula, definição de objetivos de aprendizagem e seleção de metodologias ativas.

Além disso, o guia possibilita sua aplicação em diferentes estratégias pedagógicas, tais como estudos de caso clínico, seminários temáticos, oficinas práticas, construção de protocolos de prescrição segura e simulações de atendimento em cenários da Atenção Primária. Sua estrutura favorece a integração entre teoria e prática, permitindo que o docente adapte os conteúdos às realidades regionais, considerando o uso tradicional de plantas medicinais e a legislação vigente.

A avaliação positiva da clareza da linguagem, organização didática e pertinência do conteúdo atende ao objetivo de analisar a qualidade pedagógica do guia. Esses aspectos são amplamente reconhecidos na literatura como critérios centrais para a adoção efetiva de materiais educacionais no contexto acadêmico, uma vez que favorecem processos de aprendizagem mais significativos e contextualizados (Mariz, 2022).

Outro objetivo contemplado refere-se à identificação das contribuições do guia para diferentes disciplinas da área da saúde. Os resultados indicam potencial de utilização em componentes curriculares de saúde coletiva, nutrição, enfermagem e práticas integrativas e complementares, reforçando o alinhamento do material aos princípios da integralidade e da formação ampliada preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (Monte et al., 2021).

O material também pode ser incorporado em atividades de extensão universitária, servindo como base para projetos comunitários voltados à educação em saúde e ao uso racional de plantas medicinais. Nesse contexto, o guia contribui para fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ampliando o impacto formativo e social da temática.

As sugestões de aprimoramento apresentadas pelos docentes, especialmente relacionadas aos aspectos visuais e didáticos, atendem ao objetivo de identificar limitações e possibilidades de aperfeiçoamento da tecnologia educacional. A literatura destaca que ajustes no design instrucional e a inclusão de recursos visuais contribuem para maior engajamento e melhor compreensão dos conteúdos, fortalecendo a efetividade pedagógica dos materiais (Mariz, 2022; Peixoto et al., 2024).

O reconhecimento do guia no contexto das políticas públicas de saúde,

particularmente no âmbito das práticas integrativas e complementares, dialoga com o objetivo de analisar sua relevância social e institucional. Estudos desenvolvidos na Atenção Primária à Saúde evidenciam que a ausência de formação acadêmica específica limita a aplicação qualificada da fitoterapia, reforçando o papel estratégico do ensino superior na consolidação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (Rodrigues; Campos; Siqueira, 2020).

No âmbito da formação profissional, os resultados indicam que o guia pode contribuir para o desenvolvimento de uma visão ampliada do cuidado em saúde, integrando saberes científicos e conhecimentos tradicionais. Evidências apontam que a inserção da fitoterapia na formação acadêmica favorece práticas mais humanizadas, culturalmente sensíveis e socialmente comprometidas (Marcelino et al., 2021; Monte et al., 2021).

Adicionalmente, a aceitação do guia pelos docentes sugere que o material possui potencial para fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, aspecto destacado na literatura como fundamental para a consolidação de práticas educativas críticas e socialmente referenciadas (Santos et al., 2019).

Dessa forma, ao atender aos objetivos propostos, os achados desta pesquisa reforçam a importância da produção e validação de tecnologias educacionais voltadas ao ensino da fitoterapia no ensino superior. A aceitação do guia, associada às sugestões de aprimoramento identificadas, indica seu potencial de incorporação nos currículos acadêmicos, contribuindo para a qualificação da formação profissional e para o fortalecimento das práticas integrativas e complementares no sistema de saúde (Ribeiro; Brito, 2023).

7. CONCLUSÃO

O presente estudo revelou que a fitoterapia ocupa um espaço ainda limitado, porém crescente, no ensino superior das áreas da saúde. Embora existam experiências exitosas de capacitação, oficinas e projetos extensionistas, a inserção curricular permanece fragmentada e pouco institucionalizada. Esse cenário reflete a persistência do modelo biomédico e a ausência de políticas educacionais consistentes que assegurem a transversalidade das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) nos currículos da saúde. A falta de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão impedem a consolidação de uma formação crítica e culturalmente sensível ao contexto brasileiro e amazônico.

O Guia Educacional foi estruturado como recurso pedagógico de apoio ao docente. O produto foi elaborado com o propósito de sistematizar conteúdos, orientar o planejamento didático e favorecer a integração entre teoria e prática no ensino superior em saúde.

A avaliação do guia, realizada por docentes da área da saúde, evidenciou clareza na linguagem, organização didática adequada, relevância do conteúdo e aplicabilidade pedagógica. Os participantes reconheceram o potencial do material como tecnologia educacional capaz de intermediar o processo de ensino-aprendizagem, oferecer maior segurança ao docente na abordagem do tema e facilitar a inserção da fitoterapia em diferentes componentes curriculares.

Entre os principais ganhos pedagógicos identificados, destacam-se a potencialização do ensino da fitoterapia de forma estruturada, sistematizada e contextualizada, o fortalecimento de uma formação crítica, reflexiva e interdisciplinar, a ampliação da integração entre saberes científicos e conhecimentos tradicionais, e a consolidação do guia como tecnologia educacional estratégica capaz de mediar e qualificar o processo de ensino-aprendizagem.

Conclui-se que o Guia Educacional constitui uma estratégia pedagógica viável e pertinente para qualificar o ensino da fitoterapia, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados para atuar de maneira integral, ética e culturalmente sensível no contexto do Sistema Único de Saúde.

REFERENCIAL

ABREU, B.L.F.; et al. Indice de significância medicinal na seleção de plantas medicinais para a Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos – Fiocruz. **Revista Fitos.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e. 1617. 2024.

AGUIAR, A. C. S.; KANAN, L. A.; MASIERO, A. V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde Debata.** v. 43, n. 123, p. 1205-1218, 2019.

ALMEIDA, A. B.; RAMALHO, J. A.; CASTRO, M. G. Fitoterapia: o uso de plantas medicinais e fitoterápicos no cuidado à saúde. **Revista Saúde Dos Vales.** v. 1, n. 1. 2023.

ARAÚJO, W.C.O. Recuperação da informação em saúde: Construção, modelos e estratégias. **ConCI, Convergências em Ciência da Informação.** v. 3, n. 2, p. 100-134. 2020.

ARAÚJO, W.P; RAMOS, L.P.S. Metodologias ativas no ensino de Ciências: desafios e possibilidades na prática docente. **Research, Society and Development.** v. 12, n. 1, e. 1412139150. 2023.

ASSUNÇÃO, A.A. Metodologias ativas de aprendizagem: práticas no ensino da Saúde Coletiva para alunos de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica.** v. 45, n. 3, e. 145. 2021.

ASSUNÇÃO, L.A.; et al. Estratégias para a inovação em saúde: o impacto das tecnologias educativas no cuidar. v. 4, n. 5, e. 4483. 2024.

BARBONI, V.G.A.V.; CARVALHO, Y.M. Práticas Integrativas e Complementares em saúde na formação em Educação Física: avanços, desafios, velhos e novos embates. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 30, n. 3, e. 200872. 2021.

BENDER, J.D. O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação em Saúde 1 na Atenção Primária à Saúde no Brasil, de 2014 a 2018. **Ciência & Saúde Coletiva.** v. 29, n. 1, p. 1-9. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde.** Brasília: MEC, 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso.** Brasília: MS, 2015.

BÔAS, G.K.V.; SANTOS, J.P.C.; REZENDE, M.A. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos Revisitada.** Rio de Janeiro: CIBS. p. 60. 2023.

CAMARGO, F.C.; et al. Prática baseada em evidências: revisão bibliométrica das publicações nacionais em periódicos de enfermagem. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social.** v. 5, n. 3, p. 429-439. 2017.

CARVALHO, L.M.F.; et al. Formação holística em saúde: análise do uso de práticas

integrativas e complementares na educação médica. Formação holística em saúde: análise do uso de práticas integrativas e complementares na educação médica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 25, e. 19401. 2025.

CARVALHO, S.M.; SOUSA, M.R.M.G.C. Perspectivas dos enfermeiros sobre o uso de aplicativos móveis para o autocuidado nas doenças crônicas. **Texto & Contexto Enfermagem.** v. 33, e. 20230318. 2024.

CEOLIN, T.; et al. Relato de experiência do curso de plantas medicinais para profissionais de saúde. **Revista de Saúde Pública.** v. 37, n. 2, p. 501-511. 2013.

CHEROBIN, F.; et al. Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, e.320306. 2022.

COUTINHO, M.L.; FLÓRIO, F.M.; SOUZA, L.Z. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 46, e. 4047, 2025.

FARIA, D.L.S.; et al. Educação Permanente em Saúde: narrativa dos trabalhadores de Saúde Mental de Betim/Minas Gerais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e.310202. 2021.

DANTAS, H.L.L.; et al. Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico . **Rev Recien.** v. 12, n. 37, p. 334-345. 2021.

FERREIRA, E.T.; et al. A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos: uma revisão integrativa sobre a atuação do enfermeiro. **Brazilian Journal of Health Review.** v. 2, n. 3, p. 1511–1523, 2019.

FEITOSA, M.H.A.; et al. Inserção do Conteúdo Fitoterapia em Cursos da Área de Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica.** v. 40, n. 2, p. 197-203. 2016.

GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Revisões sistemáticas da literatura: Passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde.** v. 23, n. 1, p. 183-184. 2014.

GOMES, V.A.; et al. O lugar da fitoterapia na formação de profissionais de saúde. **Revista Fitos.** Rio de Janeiro. v. 19, n. 1, e. 1761. 2025.

HARAMAGUCHI, L.M.M.; et al. Impacto da Capacitação de Profissionais da Rede Pública de Saúde de São Paulo na Prática da Fitoterapia. **Revista Brasileira de Educação Médica.** v. 44, n. 1, e. 017. 2020.

LEDA, P.H.O. Etnobotânica e saúde pública: contribuição na seleção de espécies do bioma Amazônia para uso no SUS em Oriximiná – Pará, Brasil. **Caderno Pedagógico.** v. 21, n. 8, p. e6833, 2024.

LEMOS, M.P.K.; LUIZA, V.L. Proposta de modelo teórico para uma política de práticas integrativas em saúde no Brasil. **Com. Ciência Saúde.** v. 34, n. 4. 2024.

LEPSCH-CUNHA, N.; FRICKMANN, F.S.S. Potenciais fitoterápicos nas perspectivas da regulamentação e da pesquisa e desenvolvimento no Brasil com enfoque em plantas medicinais amazônicas. **Rev Fitos**. Rio de Janeiro. Supl. 1, e. 1478. 2024.

MARCELINO, E.M.; et al. Conhecimentos e práticas sobre fitoterapia entre graduandos da área da saúde: Um estudo transversal. **Research, Society and Development.** v. 10, n. 9, e. 24110918013. 2021.

MARIZ, S.R. As conexões de saberes em fitoterapia, na educação tutorial. **Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial - Três Lagoas/MS.** v. 4, n. 4, p. 218-232. 2022.

MATTOS, G.; et al. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva.** v. 23, n. 11, p. 3735-3744. 2018.

MENDES, R.S.; et al. Uso de estratégias inovadoras no ensino da Saúde Coletiva nas graduações da área da Saúde: uma revisão de escopo. **Interface (Botucatu).** v. 28, e. 230225. 2024.

MIRANDA, T.N.S.; et al. Práticas integrativas e complementares na perspectiva dos profissionais de saúde da atenção básica. **Research, Society and Development.** v. 11, n. 8, e. 14611830654. 2022.

MONTE, N.L.; et al. Práticas e saberes em fitoterapia entre os profissionais de saúde de Unidades Básicas de Saúde no Município de Campina Grande, PB. **Research, Society and Development.** v. 10, n. 5, e. 29310514928. 2021.

NASCIMENTO, M.C.; et al. Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas**. Trab. Educ. Saúde.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 751-772, maio/ago. 2018.

NELSON, I.C.A.S.R.; et al. Práticas integrativas e complementares na graduação em saúde das universidades públicas do RN. **Research, Society and Development.** v. 11, n. 2, e. 47211226041. 2022.

NEVES, P.K.F; et al. Educação em saúde acerca do uso da fitoterapia e plantas medicinais na atenção primária à saúde. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida.** v. 16, n. 2, p. 01-15, 2024.

OLIVEIRA ABREU, J.; CARVALHO ABREU, C.R. A utilização de fitoterápicos no sistema único de saúde: revisão integrativa. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos.** São Paulo, v. 5, n. 10, p. 213–223. 2022.

OLIVEIRA, S.B.P.C.; et al. O uso de plantas medicinais e de fitoterápicos no período do climatério e menopausa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde.** v. 24, n. 8, e. 16586. 2024.

OLIVEIRA, S.G.; et al. Experiências extensionistas com práticas integrativas e complementares. **Experiência. Revista Científica de Extensão.** v. 11, p. e86468.

2025.
OUZZANI, M.; et al. Rayyan – A web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews.** v. 5, n. 210. 2016.

PATRÍCIO, K.P.; et al. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva.** v. 27, n. 2, p.677-686. 2022.

PEDROSO, R.S.; ANDRADE, G.; PIRES, R.H. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e. 310218. 2021.

PEIXOTO, L.S; et al. Oficina sobre plantas medicinais e condimentos para profissionais de saúde e acadêmicos no município de Coxim, Mato Grosso do Sul. **Em Extensão**. Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 239-248, jan.-jun. 2024.

PEIXOTO, M.T.; et al. Formação médica na Atenção Primária à Saúde: experiência com múltiplas abordagens nas práticas de integração ensino, serviço e comunidade. **Interface (Botucatu).** v. 23, supl. 1, e. 170797. 2019.

RIBEIRO, L.B.; BRITO, A.L. Abordagem sobre plantas medicinais e fitoterápicos nos cursos de graduação da área de saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana**. Studies in Health Sciences.** Curitiba, v. 4, n. 4, p. 1249-1261. 2023.

RIZZATTI, I. M. et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1, 8 ago. 2020.

ROCHA, I.R.; et al. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: a construção (in)completa da política em um município de grande porte no Brasil. **Saúde em Debate**. v. 47, n. 136, p. 110–125. 2023.

RODRIGUES, M.L.; CAMPOS, C.E.A.; SIQUEIRA, B.A. A fitoterapia na Atenção Primária à Saúde segundo os profissionais de saúde do Rio de Janeiro e do Programa Mais Médicos. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário.** Brasília, v. 9, n. 4, p. 28-50, out./dez. 2020.

ROEVER, L.; et al. Compreendendo o GRADE: PICO e qualidade dos estudos. **Rev. Soc. Bras. Clin. Med.** v. 19, n. 1, p; 54-61. 2021.

SANCHES, M.F.M.; PANTOJA, T.R.; OLIVEIRA, A.M. A fitoterapia no centro de referência em práticas integrativas e complementares em saúde do Amapá, Macapà, Brasil. **Revista Foco.** v. 17, n. 3, p. 01-18. 2024.

SANTANA, L.M.; ASSIS, S.S.; ARAÚJO-JORGE, T.C. Práticas integrativas e complementares: institucionalização, perspectivas e desafios para a formação. **Trabalho, Educação e Saúde.** Rio de Janeiro, v. 23, e. 02900277, 2025.

SANTOS, K.I.S.; et al. Uso de plantas medicinais e fitoterápicos como coadjuvantes na conduta nutricional: associação com estado antropométrico e sintomas psicológicos. **BRASPEN J.** v. 36, n. 3, p. 303-309. 2021.

SANTOS, T.A.X; et al. Conhecimento e uso de plantas medicinais por acadêmicos do curso de farmácia. **Visão Acadêmica**. Curitiba, v. 20 n. 2, p. 19-28. 2019.

SILVA, A.A.; PADILHA, W.A.R. Fitoterapia e desmedicalização na Atenção Primária à Saúde: um caminho possível? **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.** Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, e. 2521. 2022.

SILVA, A.G.C.; PEDROSO, R.S.; PIRES, R.H. Desafios e estratégias para inserção da fitoterapia na atenção primária de saúde: revisão sistemática. **Revista Contemporânea.** v. 5, n. 7, p. 01-25.2025.

SILVA, G.K.F.; et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva.** v. 30, n. 1, e. 300110. 2020.

SILVA, M.A.; et al. Avaliação de práticas e saberes sobre fitoterapia e automedicação entre graduandos de enfermagem: Um estudo transversal. **Research, Society and Development.** v. 10, n. 9, e. 45610918173. 2021.

SOUSA, H.E.F.; PEREIRA, J.J.I.L. Fitoterapia e plantas medicinais no âmbito da atenção básica do sistema único de saúde brasileiro. **Revista Eletrônica Multidisciplinar De Investigação Científica.** v. 3, n. 18, p. 01-19. 2024.

ZENI, A.L.B.; GALVÃO, T.C.L.; SASSE, O.R. Capacitação de profissionais na atenção primária em saúde: um caminho para a promoção da fitoterapia. **Revista Baiana de Saúde Pública.** v. 45, n. 3, p. 70-91. 2021.

ANEXO I – PARECER COSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - CAMPUS VIII - MARABÁ - UEPA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas de Ensino Utilizando Fitoterápicos na Formação dos Profissionais de Saúde: Elaboração de um Guia Didático

Pesquisador: VILZIELLE DE ARAUJO FERNANDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 93103125.4.0000.8607

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Pará - Campus VIII

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.050.162

APÊNDICE I – CARTA CONVITE PARA OS DOCENTES

CARTA CONVITE

Prezado(a) docente

Sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino em Saúde na Amazônia (PPGESA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), sob orientação da Prof. Drº Robson José de Souza Domingues, e estou desenvolvendo a pesquisa intitulada "PRÁTICAS DE ENSINO UTILIZANDO FITOTERÁPICOS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAIS DE SAÚDE: ELABORAÇÃO DE UM GUIA DIDÁTICO".

O produto educacional consiste em um Guia didático para facilitar o ensino da Fitoterapia, abordando práticas de ensino, com o intuito de aprimorar a formação dos futuros profissionais de saúde.

Convido-o(a) a participar desta pesquisa, fazendo a leitura e realizando uma análise crítica, e posteriormente, avaliando sua eficácia. Sua participação envolverá a leitura e preenchimento do questionário para fornecer seu feedback sobre o material.

As informações coletadas serão tratadas com total confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, visando ao aprimoramento do produto educacional. Caso aceite participar, peço que leia atentamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em anexo. Após a leitura e assinatura do TCLE.

Sua colaboração é essencial para garantir que o produto educacional atenda às necessidades do ensino sobre Fitoterapia nos cursos da área da saúde. Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Agradeço antecipadamente por sua atenção e colaboração.

Vilzielle de Araújo Fernandes
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino e Saúde na Amazônia
Universidade do Estado do Pará

_____

Vilzielle de Araújo Fernandes
Pesquisador Responsável

APÊNDICE II – TERMO DE CONSCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é avaliar a percepção de docentes da área da saúde quanto à clareza, aplicabilidade e potencial pedagógico do Guia de Fitoterapia para Ensino, a fim de validar seu uso como recurso educacional para formação em saúde e tem como justificativa que a fitoterapia é uma prática integrativa e complementar reconhecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas ainda pouco explorada nos currículos dos cursos da área da saúde. A formação de profissionais capazes de compreender e utilizar a fitoterapia de forma segura e embasada exige o fortalecimento de estratégias pedagógicas.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: realizar a leitura do Guia Didático e após a leitura, solicitamos quer responda a um questionário individual que será entregue de forma impressa ou online. O questionário abordará o conteúdo do produto educacional, relevância pedagógica e metodológica, aspectos visuais e usabilidade, viabilidade do produto e feedback geral.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são: desconforto psicológico, ao aplicar o formulário existe a possibilidade de algum participante sentir desconforto ao refletir sobre o conteúdo do guia ou ao expressar opiniões críticas; risco de quebra de confidencialidade, Embora todos os dados sejam mantidos em sigilo, há o risco, embora mínimo, de informações pessoais serem divulgadas de forma indevida; e possível desconforto devido ao tempo de participação, O tempo estimado para a leitura do guia e o preenchimento do formulário é de aproximadamente 20 a 30 minutos.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são: Contribuição para a formação de profissionais de saúde, o guia didático proposto tem o potencial de enriquecer a formação de profissionais de saúde, especialmente no que diz respeito ao uso da fitoterapia; Aprimoramento da prática pedagógica, para os docentes e preceptores participantes, a pesquisa oferece a oportunidade de refletirem sobre suas práticas de ensino, recebendo um recurso didático que poderá ser utilizado em suas atividades pedagógicas; Promoção da integração entre o ensino acadêmico e a prática, a pesquisa busca aproximar o conteúdo teórico da fitoterapia com a aplicação prática, favorecendo a formação de profissionais mais capacitados para lidar com terapias complementares no contexto do SUS

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Vilzielle de Araújo Fernandes, Farmacêutica, CRF-PA: 7678, pelo telefone (94) 99159-2964, e/ou pelo e-mail vilziellea.moreira@gmail.com com o pesquisador orientador Robson José de Souza Domingues, pelo telefone (91) 98128-9785 e pelo e-mail domingues@uepa.br .

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: "PRÁTICAS DE ENSINO UTILIZANDO FITOTERÁPICOS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAIS DE SAÚDE: ELABORAÇÃO DE UM GUIA DIDÁTICO"

_____ Nome do participante _____ Assinatura do participante	Data: _____/_____/_____

Eu, Vilzielle de Araújo Fernandes, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

_____ Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: _____/_____/_____

APÊNDICE III – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO GUIA DE FITOTERAPIA PARA ENSINO

Instruções: Leia atentamente o "Guia de Fitoterapia para Ensino". Em seguida, preencha este formulário de avaliação. Sua opinião é essencial para o aprimoramento do material. Todas as respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial.

Parte 1 – Dados do Participante

- Curso que leciona: _____
- Tempo de atuação na docência:

  ( )1-5 anos
  ( )6-10 anos
  ( ) Mais de 10 anos

- Já trabalhou o tema fitoterapia em sua prática docente?

  ( ) Sim
  ( ) Não

Parte 2 – Avaliação do Guia (Escala Likert)

Marque a opção que melhor representa sua opinião:

Aspectos Avaliados	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Neutro	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O objetivo do guia está claro?	( )	( )	( )	( )	( )
A linguagem é acessível e adequada?	( )	( )	( )	( )	( )
A estrutura do guia facilita a compreensão?	( )	( )	( )	( )	( )
O guia apresenta aplicações práticas relevantes?	( )	( )	( )	( )	( )

O conteúdo está atualizado cientificamente?	( )	( )	( )	( )	( )
O guia é aplicável à formação em saúde?	( )	( )	( )	( )	( )
O material favorece o ensino da fitoterapia?	( )	( )	( )	( )	( )

Parte 3 – Questões Abertas

1. Quais aspectos do guia você considera mais relevantes para o ensino da fitoterapia?

   _____
   _____
   _____
   _____
   _____

2. Quais aspectos do guia você considera menos relevantes ou que poderiam ser aprimorados?

   _____
   _____
   _____
   _____
   _____

3. Você tem sugestões para melhorar o guia? (Linguagem, organização, conteúdo, aplicação prática etc.)

   _____
   _____
   _____
   _____
   _____

4. Considera o guia aplicável à sua prática de ensino? Justifique.

   _____
   _____
   _____
   _____

5. Deseja fazer algum comentário adicional?

   _____
   _____
   _____
   _____
   _____

Agradecemos imensamente sua participação!

_____

Vilzielle de Araújo Fernandes
Pesquisador Responsável